

Conhecendo o ANDES-SN

Quem sabe mais, luta melhor!



Brasília, 2020



Conhecendo o ANDES-SN

Quem sabe mais, luta melhor!

Brasília, 2020

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

EXPEDIENTE

Organização e Elaboração: Coordenação do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS)

Caroline de Araújo Lima
Eblin Farage
Fernando Lacerda Júnior
Josevaldo Pessoa da Cunha
Qelli Viviane Dias Rocha

Projeto Gráfico e Diagramação

Adriana Antico

Fotos

Banco de Imagens – ANDES-SN;
Luiz Fernando Nabuco/Aduff-SSind;
Monalisa Resende (Sinasefe)

Coordenação Editorial

Bruna Yunes, Jamile Rodrigues, Renata Maffezoli

Encarregado de Imprensa

Cláudio Mendonça

Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C,
CEP: 70302-914, Brasília, DF.
Tel.: 61 39628400
Email: imprensa@andes.org.br
www.andes.org.br
www.facebook.com/andessn
[Twitter.com/andessn](https://twitter.com/andessn)
Instagram @andes.sindiconacional

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
1. Da ANDES ao ANDES-SN: um pouco de história.....	07
2. Concepção Sindical e Estrutura organizativa do ANDES-SN.....	22
3. Grupos de trabalho.....	34
4. Um pouco sobre a trajetória do ANDES-SN na luta pela organização da educação nacional.....	41
5. Os desafios da Multicampia.....	52
6. Glossário Sindical.....	62
7. Diretoria do ANDES-SN – Gestão 2018/2020.....	74

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos cursos de Formação realizados desde 2016 foi identificada a necessidade de construção de uma cartilha que falasse um pouco sobre a história do ANDES-SN, visando dialogar e contribuir na aproximação do(a)s professore(a)s ao sindicato nacional via seção sindical. Essa indicação aliada a realidade de ampla entrada de novo(a)s docentes na categoria nos impulsionaram à elaboração deste trabalho.

As contribuições de diverso(a)s militantes do movimento docente mostraram a importância de resgatar a história do ANDES-SN para uma camada de trabalhadore(a)s da educação que ingressaram nas fileiras do sindicato e que, muitas vezes, não conhecem a história, as concepções e os projetos historicamente formulados e defendidos por nosso Sindicato Nacional.

A partir dos acúmulos nos cursos de formação e em debates que envolveram o pleno do GTPFS e a Encarregatura de Relações Sindicais foi elaborada a proposta, posteriormente aprovada durante o 38º Congresso, de se escrever uma cartilha com a história do ANDES-SN, incluindo a estrutura e a concepção do sindicato, assim como uma breve apresentação dos grupos de trabalho. A partir deste ponto em diante, houve uma série de discussões realizadas no pleno do GTPFS, nas reuniões da Diretoria Nacional e no “Seminário de História e Memória do Movimento Docente: lutas por autonomia e liberdade, ontem e hoje” sediado pela APROFURG em Rio Grande e organizado pelo GTHMD, em parceria com o GTPFS, que ocorreu entre 29 de novembro e 1º de dezembro de 2019. Nos citados eventos, ex-diretores, novos filiados e professores de todo o país contribuíram, de alguma forma, para a produção da presente cartilha.

A cartilha começa com o texto “Da ANDES ao ANDES-SN – um pouco de história” que narra o processo de nascimento e desenvolvimento de nosso sindicato nacional, durante a ditadura empresarial-militar, a partir da organização autônoma e criativa de docentes em Associações Docentes que conjugaram as suas lutas por melhores salários e condições de trabalho com as lutas mais gerais da classe trabalhadora por democracia e direitos sociais. O texto também apresenta como foi criado o Sindicato Nacional, o projeto de universidade que orienta as propostas e ações do ANDES-SN, as importantes intervenções e contribuições do Sindicato Nacional nas lutas

sociais ao longo de décadas e, finalmente, destaca como materializamos diversas iniciativas de unidade na ação com outros servidores públicos e setores combativos da classe trabalhadora.

Em seguida, no texto “Concepção Sindical e Estrutura Organizativa do ANDES-SN” expomos alguns dos principais debates que atravessaram o processo de construção do Sindicato Nacional. Descreve-se a rejeição do imposto sindical, do sindicalismo de Estado, a escolha da organização em Sindicato Nacional (em detrimento da organização federativa) e a priorização da construção de uma estrutura horizontal, pela base, que se organiza por local de trabalho e que não abre mão de princípios democráticos. O texto descreve, também, a estrutura organizativa, explicando o papel dos congressos, das instâncias de base, dos setores, da diretoria nacional e outras instâncias do ANDES-SN. Ao fim, são indicados alguns desafios político-organizativos que estão sendo e serão enfrentados pelo Sindicato Nacional.

Na terceira parte da cartilha, preenchendo um vazio existente nos materiais do sindicato, apresentamos a primeira exposição sistemática dos Grupos de Trabalho e seu papel no processo de formulação de políticas que são debatidas e deliberadas nos CONAD e Congressos do ANDES-SN. Apresentamos uma descrição do papel dos GT e uma ementa detalhando os temas tratados por cada um deles no sindicato.

Na quarta parte do texto, “Um pouco sobre a trajetória do ANDES-SN na luta pela organização da educação nacional”, resgatamos e atualizamos um texto publicado em material anterior¹ que aponta as intervenções do ANDES-SN nos principais debates em defesa da educação pública e gratuita desde o processo constituinte até a elaboração do último PNE (2014-2024), passando pelos embates que ocorreram na elaboração da LDB e do PNE 2001-2011.

Na parte seguinte, tratando de um desafio que ficou mais explícito após o processo de expansão precarizada empreendido pelo REUNI, discutimos

1 Ver a cartilha “Um pouco de história, pois o futuro não se constrói só com o presente” disponível em: <https://bit.ly/2NRof3m>

os desafios da organização sindical postos pela realidade da multicampia. No texto tratamos um pouco sobre características particulares que atravessam a história da constituição das universidades brasileiras e o modo como o ANDES-SN tem respondido à realidade da multicampia.

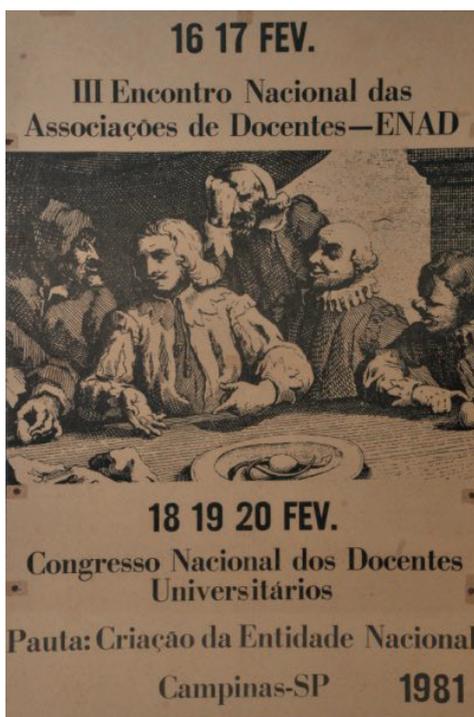
Apresentamos, ainda, uma linha do tempo que, didaticamente, expressa os principais eventos associados a história do ANDES-SN e que constam nesta cartilha. Por fim, apresentamos um glossário que descreve siglas, termos, leis e entidades que comumente aparecem nos espaços de debate do ANDES-SN. Esperamos que o glossário contribua para facilitar a experiência de novos militantes nas instâncias do sindicato nacional.

O presente texto pretende ser uma contribuição para armar militantes na defesa da história e do patrimônio acumulado pelo ANDES-SN até o momento. Da mesma forma, esperamos que o presente material ajude novos filiados a compreenderem como o ANDES-SN se organiza e funciona, já que nossa história resultou na construção de uma estrutura que possui características singulares para assegurar a existência de um sindicato nacional democrático, de luta e pela base que, efetivamente, fortaleça o movimento docente em suas lutas por melhores salários, condições de trabalho, carreira e por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

1. Da ANDES ao ANDES-SN - um pouco de história

O movimento docente das instituições de Ensino Superior no Brasil teve início em um ambiente hostil para a liberdade de expressão e associação do(a)s trabalhadore(a)s, pois se deu no interior do enfrentamento à ditadura empresarial-militar (1964-1985). A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, a ANDES, nasceu calcada em uma firme organização pela base, a partir das Associações Docentes (as chamadas AD) que surgiram em várias universidades brasileiras, desde 1976, com a finalidade de defender os interesses dos docentes e das instituições seriamente abaladas pelas constantes intervenções do regime militar.

O(a)s servidore(a)s público(a)s não tinham sequer o direito à organização sindical e, por isso, começaram a ser constituídas associações sem qualquer tradição anterior de negociações ou de mobilizações. Muitas vezes, houve a criação de organizações ad hoc, tais como comandos de greve altamente democráticos e participativos. Essas experiências foram decisivas na definição de novas propostas de organização sindical no movimento docente. No conjunto, trabalhadore(a)s do setor privado e do setor público iniciaram a ruptura com a estrutura sindical oficial e



O III ENAD, em 1981, teve como pauta a criação de uma entidade Nacional que viria a se tornar A ANDES

passaram a construir novas experiências de organização. Esse processo, longe de ser tranquilo, foi altamente conflituoso. As burocracias sindicais, cujos privilégios advinham do imposto sindical e de toda uma estrutura legal atrelada ao Estado, colocavam empecilhos às ações combativas da classe trabalhadora.

Das citadas experiências surgiram os Encontros Nacionais de Associações Docentes (ENAD), realizados desde 1979, que invariavelmente apresentavam em suas pautas os seguintes pontos: 1) Defesa do Ensino Público e Gratuito; 2) Democratização da Universidade; e 3) Questões Trabalhistas e Salariais. Portanto, fica explícito, que a ANDES não buscava apenas a defesa de interesses corporativos, mas associava a luta em defesa de melhores salários e carreira docente com a luta em defesa da democratização e autonomia de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

Em 19 de fevereiro de 1981, após a realização do III Encontro Nacional de Associações Docentes, durante o Congresso Nacional de Docentes Universitários realizado em Campinas (SP), com a participação de 317 delegado(a)s inscrito(a)s e 67 AD ou Comissões pró-AD, foi fundada a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (a ANDES). A ANDES foi uma entidade criada para defender e representar o(a)s docentes de todo o país sem se submeter ao Ministério do Trabalho e à sua ditadura sobre o(a)s trabalhadore(a)s. Por isso, desde o início, a ANDES representou trabalhadore(a)s em seus locais de trabalho e priorizou, em detrimento do imposto sindical, a sua autossustentação financeira.



1º Congresso da ANDES

Recusando a fragmentação imposta pela forma de contratação, a ANDES atuou no sentido de representar o conjunto do(a)s docentes do ensino superior, independentemente do setor, público ou privado.

Em 1982, durante o congresso realizado em Florianópolis (SC), o movimento docente recusou a fórmula tradicional de federações e confederações e estabeleceu a construção de uma nova organização nacional fundada nos locais de trabalho. Nasce, assim, a perspectiva de um sindicato nacional organizado a partir das AD. Além disso, a diretoria nacional sempre foi eleita por meio de eleição direta, ao invés de ocorrer em congressos nacionais, tal como era a tradição marcante no sindicalismo oficial. Finalmente, o congresso reafirmou a organização horizontal, com as principais deliberações sendo realizadas não pela diretoria, mas por delegado(a)s eleito(a)s em assembleias de base nos congressos.

Sete anos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que garantiu o direito de organização sindical ao funcionalismo público, durante o II Congresso Extraordinário realizado em novembro de 1988 no Rio de Janeiro, a ANDES passou a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN).

A esse Congresso compareceram 54 AD e mais de 230 delegado(a)s. A proposta foi aprovada por mais de 80% do(a)s delegado(a)s presentes que entenderam a transformação da ANDES em ANDES-SINDICATO NACIONAL como a conquista do direito de representação sindical legal a uma entidade que já realizava, desde seu nascimento, a representação sindical de fato.

Nesse período, setores minoritários retomaram a proposta de federação, mas foram derrotados. No setor público, o processo de transformação de AD em seção sindical não encontrou maiores problemas. No setor privado, no qual existiam diversas associações de docentes, a conquista da prerrogativa sindical passou a encontrar oposição de sindicatos locais de professor(a)s, os SINPRO, um problema ainda sem solução até hoje.

O projeto de universidade do ANDES-SN

Desde os primeiros dias de nossa entidade, sempre houve um esforço consciente voltado à elaboração de um projeto de universidade coerente com a defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. O primeiro Grupo de Trabalho, criado já no I ENAD de 1979, foi, justamente, o de Políticas Educacionais, com a finalidade de elaborar uma proposta preliminar do projeto de universidade a ser defendido pela ANDES. Em junho de 1982, após inúmeros debates em diferentes instâncias, o V Conselho Nacional de Associações Docentes, realizado em Belo Horizonte, aprovou a primeira versão da proposta da ANDES para a Universidade Brasileira, apresentada ao Ministério da Educação e Cultura.

Ainda em 1982, preocupada em discutir a questão da Universidade com outros setores da sociedade, a ANDES articulou-se com a Sociedade Brasileira para Pesquisa e Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em reunião realizada no Rio de Janeiro, o(a)s presidentes e/ou representantes destas quatro entidades formaram um acordo de ação comum no sentido de encaminhar proposições sobre a reestruturação da Universidade Brasileira, com base nos seguintes princípios:



Capa do Caderno 2 do ANDES-SN

- 1** - manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;
- 2** - autonomia e funcionamento democrático da Universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos;
- 3** - estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades;
- 4** - dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;
- 5** - criação de condições para a adequação da universidade à realidade brasileira, e
- 6** - garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.

A partir desses princípios, entre 1983 e 1986, foram realizados simpósios, seminários, reuniões e debates organizados pela ANDES ou em parceria com outras entidades (especialmente a UNE e a FASUBRA). Esses eventos culminaram na elaboração da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”, a qual teve sua versão final aprovada no XIII CONAD, realizado em São Paulo em junho de 1986.

O documento aprovado foi tema da edição do “Cadernos da ANDES” nº 2, publicado em julho de 1986. Por isso, o projeto de nosso sindicato para a universidade brasileira ficou conhecido como Caderno 2. Tal documento foi fundamental para divulgar as propostas do movimento docente fundamentadas em uma análise crítica da conjuntura, na defesa intransigente da educação pública e gratuita e de uma concepção de universidade que não dissocia ensino, pesquisa e extensão.

O “Caderno 2” foi instrumento fundamental para as intervenções do movimento docente nos debates do processo constituinte e na elaboração

de uma lei nacional de diretrizes e bases para a educação nacional. Desde a sua elaboração, o projeto passou por diversas atualizações e sua última versão foi publicada em 2013¹.



Assinatura do registro sindical do ANDES-SN em 1990

Na última versão o Projeto para a Universidade

Brasileira aparece pautado nos seguintes conceitos: 1) Estruturação tributária; 2) Defesa da Educação Pública; 3) Defesa da Universidade Pública pautada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, democrática e universal; 4) Defesa do ensino-pesquisa-extensão públicas; 5) Educação técnica e tecnológica pública; 6) Gestão democrática; 7) Autonomia universitária conforme expresso no artigo 207 da CF/88; 8) Financiamento público e estatal para as universidades; 9) Programa de Ciência e Tecnologia públicos; 10) Carreira docente; 11) Padrão unitário de qualidade voltado à superação de desigualdades regionais; e 12) Avaliação da Educação Superior.

Intervenção nas lutas sociais no Brasil

Durante sua trajetória a ANDES participou ativamente de lutas contra a ditadura, do movimento das “Diretas Já” e no seu 3º Congresso Nacional, em 1984, definiu ações concretas para a campanha por eleições livres e diretas para Presidência da República. A ANDES também participou ativamente do processo da constituinte no país, no período de 1987-1988, compondo o Comitê Nacional Pró-Diretas; o Fórum Nacional da Educação

1 <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>

na Constituinte; a Frente Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares na Constituinte; o Comando Nacional dos Trabalhadores em Estatais e Funcionários Públicos. A Proposta das AD e da ANDES para a Universidade Brasileira e da Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte fez da ANDES protagonista na defesa da Educação Pública na CF/88. Os documentos elaborados foram enviados a todo(a)s o(a)s parlamentares do Congresso Nacional e serviu de referência para o(a)s integrantes do movimento docente pressionarem o(a)s constituintes em defesa das propostas e teses ali contidas. Na plataforma, a ANDES apresentou propostas em defesa do projeto de educação, saúde, ciência e tecnologia pública e gratuita, da arte, cultura e comunicação como direitos e dever do Estado; dos direitos das pessoas contra o regime repressivo e dos direitos do(a)s trabalhado-re(a)s à organização sindical.

Já como Sindicato Nacional, o ANDES-SN participou ativamente da luta contra o projeto neoliberal iniciado no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e intensificado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando se instaurou um profundo ataque aos serviços e servidore(a)s público(a)s, com congelamento de salários, privatizações, terceirização, suspensão de concursos públicos, desestruturação dos direitos sociais, entre outros.



Ato em frente ao MEC - 1995

A organização por local de trabalho possibilitou que o ANDES-SN representasse docentes, tanto no setor privado quanto no setor público, em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Os elementos que possibilitaram a articulação de instituições privadas e públicas nos mais diferentes níveis são aqueles que orientam toda e qualquer luta do Sindicato Nacional: a defesa de uma carreira que possibilite condições de trabalho e salários que valorizem o trabalho docente em suas distintas dimensões; a defesa da democracia nas universidades que se expressa na histórica reivindicação em favor da eleição direta dos gestores; e, finalmente, o projeto de universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Esses três pontos possibilitaram articular docentes das mais diversas instituições em todo o país. No setor privado, com a ampliação das incursões do capital sobre a educação, intensificada a partir da ditadura civil-militar, o movimento docente avançou muito a partir da segunda metade da década de 1980 por meio de lutas contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho. Sendo uma alternativa combativa aos SINPRO (que



Servidores federais em greve realizam marcha unificada em Brasília - 2012

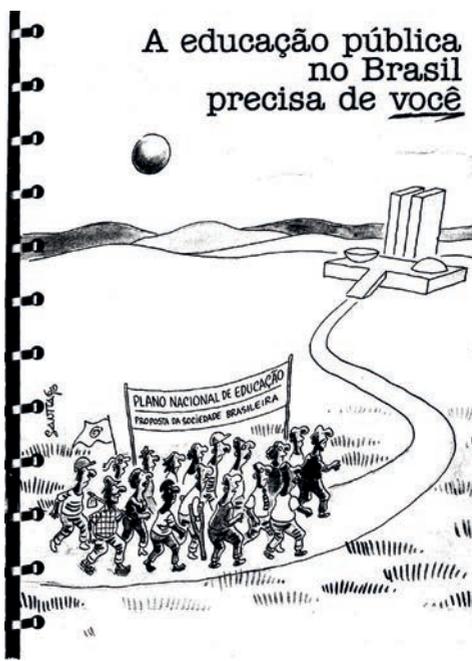
conviviam pacificamente com demissões de professores e com articulações patronais), a ANDES foi um setor importante na luta contra o regime horista, o “lobby privatista”, as arbitrariedades das mantenedoras das IES particulares e em favor de autonomia universitária, carreira docente, melhores salários e condições de trabalho. Todavia, por conta do ataque desferido pelo governo Lula em 2003 contra o direito de representação sindical do ANDES-SN, este, quando recuperou o registro sindical em 2009, perdeu o direito de representar o(a)s docentes do setor privado.

Da mesma forma, foram as lutas por democracia nas universidades, carreira e melhores salários e condições de trabalho que possibilitaram a articulação das lutas de universidades estaduais paulistas, no final dos anos 1970, em um movimento unitário com todo o funcionalismo público em defesa de salários. Logo em seguida, as IES federais organizaram um movimento grevista também contra a deterioração dos salários. Cinco greves nacionais e várias greves nos estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte.

O ANDES-SN lutou ativamente contra todas as revisões constitucionais que implicavam em perdas de direitos para a classe trabalhadora, entendendo que revisar a constituição de 1988 era uma estratégia dos governos neoliberais para retirar direitos conquistados com as mobilizações e articulações dos anos 1980. Dessa forma, resistiu ao processo de revisão, denunciando seu caráter excludente e a ameaça da perda de direitos, como uma das tarefas fundamentais do Sindicato Nacional.

Importante assinalar que essas lutas ocorreram em estreita articulação e unidade com entidades e movimentos da classe trabalhadora. A luta contra a ofensiva neoliberal se efetivou, para além das greves específicas da categoria, por meio de ações impulsionadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNEFS). Esta foi criada em 1990, como um fórum que objetivava assegurar o direito de organização sindical ao funcionalismo público e responder às necessidades de regularização judicial das organizações sociais e políticas da época. Além disso, o Sindicato Nacional participou, com outras entidades, da criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola

Pública; apresentou propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir da organização das entidades da educação, que acabaram sendo desconsideradas quando da aprovação da lei em 1996; e, posteriormente, no final da década de 1990, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB), que reivindicava aumento do orçamento da educação pública, defendia a educação 100% pública e estatal, a liberdade de cátedra e a democratização do ensino superior, entre outros. Ainda na década de 1990, o ANDES-SN teve papel de destaque na luta contra as privatizações, tanto na educação quanto em outras áreas das políticas públicas e sociais.



Capa do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB) de 1990

Na década de 2000, o ANDES-SN empreendeu diversas lutas. Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 teve início o processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais pelo governo federal. Entidades e movimentos cooptados pelo governo abandonaram acúmulos históricos e aderiram à defesa de propostas que, quase sempre, eram instrumentais ao neoliberalismo. Este foi o caso do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, o qual foi responsável por aprovar em 1997, durante o II Congresso Nacional de Educação e com forte contribuição do ANDES-SN, o Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB). Contudo, com a cooptação, o Fórum, a partir de 2003, passou a ter dificuldades para funcionar, pois muitas de suas entidades passaram a

defender políticas do governo Lula que violavam os princípios fundamentais do PNE-SB, como, por exemplo, a defesa de verba pública apenas para a educação pública.

Da mesma forma, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a eleição de Lula, se converteu em uma entidade que operava como “base de sustentação” do governo. O afastamento da CUT de suas posições históricas, seu apoio aos ataques implementados pelo governo Lula (especialmente as contrarreformas da previdência, trabalhista e universitária) e a ausência de democracia interna demonstravam que a central havia capitulado ao projeto de conciliação de classe e priorizava a sustentabilidade do governo em detrimento dos direitos do(a)s trabalhadore(a)s. Esse cenário leva o ANDES-SN, coerente com suas posições históricas, a decidir pela desfiliação da CUT, no seu 24º Congresso, realizado em Curitiba (PR) no ano de 2005.

A aproximação da CUT e de diversas entidades com o projeto neoliberal, processos intensificados pela eleição de Lula, provocaram divisões e esvaziamento da CNESF – o que repercutiu duramente nas lutas unitárias dos SPF. Junto a isso, os governos de conciliação de classe implementaram medidas de privatização, terceirização e de ataques ao funcionalismo público que produziram agravamento das condições de trabalho e desmonte dos serviços públicos.

No movimento sindical e popular, após romper com a CUT, o ANDES-SN indicou que não pouparia esforços para continuar contribuindo para reconstruir a unidade do(a)s trabalhadore(a)s. No momento em que o ANDES-SN se desfilia da CUT já está em curso um novo processo de reorganização de um segmento da classe trabalhadora, especificamente aquele com uma orientação classista que defendia a independência de governos e patrões como posição das entidades sindicais. Nesse sentido, era estratégico que a classe trabalhadora mantivesse entidades autônomas e democráticas e não como base de governos. A primeira iniciativa significativa foi a formação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) em 2004 que culminou na fundação da CSP-Conlutas em 2010, entidade a qual o ANDES-SN está filiado.



Foto: Luiz Fernando Nabuco/Adulf-SSind

Greve Geral em 28 de abril de 2017

Frente ao esvaziamento da CNESF e com a necessidade de retomar a mobilização do(a)s SPF, foi criado, em 2012, o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (FONASEFE) – um espaço importante de unidade de ação com o intuito de construir pautas comuns para a campanha salarial do(a)s SPF e outras lutas unitárias que visavam resistir às diversas contrarreformas implementadas pelos governos de conciliação de classes: reformas da previdência, novas formas de privatização, como a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Após o impeachment de Dilma em 2016, a efetivação de inúmeros ataques à classe trabalhadora pelo governo Michel Temer e um salto qualitativo na conjuntura desfavorável para a luta dos trabalhadores provocado pela eleição de um governo de extrema-direita em 2018, o ANDES-SN tem se esforçado para construir a unidade na luta necessária para enfrentar governos que não apenas buscam retirar direitos sociais, mas restringir nossas liberdades democráticas. Para enfrentar militares, fundamentalistas e representantes do grande capital que atuam nos governos do momento, o ANDES-SN, além de realizar ações de apoio e solidariedade às vítimas das ações de criminalização e perseguição de professoras e professores em todo o país, tem pautado sua atuação pela conformação de frentes,

fóruns e movimentos unitários para denunciar e combater situações de arbitrariedade, perseguição e violência política, assim como para lutar pela revogação de medidas como a EC 95/2016, a PEC 06/2019 e os cortes no orçamento da educação e, finalmente, manter a defesa intransigente do projeto de educação pública e gratuita.

Na conjuntura recente, os citados esforços se expressam em sua participação na CSP-Coluntas; na Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública (CONEDEP), instância responsável pela organização dos encontros nacionais de educação; no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) e no processo de rearticulação da CNESF; nas reuniões do setor das entidades nacionais da educação e, também, no processo de organização do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.

O Fórum Sindical e Popular foi impulsionado, após a realização do Seminário Interno “Reorganização da Classe Trabalhadora Diante dos Desafios do Período” realizado entre 30/11 e 01/12 de 2018 e efetivamente lançado no dia 19 de fevereiro de 2019 em São Paulo. Trata-se de um espaço que reúne representantes de diversos movimentos sociais da cidade e do campo e entidades sindicais e estudantis que querem construir um campo voltado ao enfrentamento à extrema-direita indo além das atuais divisões que perpassam as lutas sindicais e populares.

Em toda essa história, é importante destacar que as greves sempre estiveram entre os mais fortes instrumentos de luta utilizados pelo ANDES-SN. O movimento considera que a greve é um direito da classe trabalhadora conquistado com luta, ao qual recorre quando se esgotam as possibilidades de diálogo e negociação. No momento em que o atual governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro impõe uma pauta fortemente regressiva aos direitos do(a)s trabalhadore(a)s, sem abrir qualquer possibilidade de negociação, a construção de uma greve geral inscreve-se como uma das tarefas mais urgentes na atual conjuntura.

Uma história de luta

O ANDES-SN lutou em várias frentes contra os processos de privatização e de mercantilização do ensino superior lançando publicações, realizando seminários, atos, manifestações, paralisações e greves. Lutou sempre contra os interesses do capital em transformar a educação superior brasileira em mercadoria, contra os governos neoliberais que querem destruir as universidades públicas do país, e em defesa da autonomia e do caráter público, gratuito e de qualidade da Universidade Brasileira. A elaboração de materias de qualidade, como a Revista “Universidade e Sociedade” (já em seu número 65), os cadernos, cartilhas, vídeos, o Informandes e, recentemente, a inserção nas redes sociais são formas de contribuir para o processo de politização e formação da categoria e espriair o projeto de educação e sociedade defendido pelo sindicato nacional.

Na defesa da universidade pública o ANDES-SN vem se posicionando também na luta pela diversidade e por políticas públicas que garantam a reparação histórica às mulheres, negros(as), indígenas, população LGBTTI e pessoas com deficiência. O Sindicato Nacional aprovou resolução defendendo as políticas de cotas raciais, de reparação e ações afirmativas. Em suas publicações – como a revista Universidade e Sociedade, cadernos e cartilhas – têm aparecido vários assuntos que, além da defesa da educação pública, da ciência e tecnologia e do movimento docente, discutem os direitos das mulheres, negros e negras, população quilombola e indígena e LGBTTI, assim como o combate ao capacitismo. Mais recentemente tem ganhado relevo a defesa das liberdades de ensinar e aprender e de organização e militância sindical, o que se manifestou pela constituição da Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docentes e no papel protagonista que desempenhou na conformação da Frente Nacional Escola sem Mordança.

Nos anos recentes, o Sindicato Nacional tem dedicado atenção especial às desigualdades de gênero e, a partir daí, tem implementado políticas com a finalidade de superá-las. Desde o 35º Congresso do ANDES-SN, realizado em 2016, avançamos em políticas que garantem a participação de



Durante o 10º Congresso do ANDES-SN, em Curitiba (PR), docentes aprovaram a filiação à Confederação de Educadores Americanos (CEA)

docentes com filho(a)s nos espaços deliberativos e formativos. Desde o 36º Congresso, realizado em 2017 em Cuiabá (MT), o ANDES-SN tem uma Comissão de Combate ao Assédio. Finalmente, houve um grande avanço a partir do 38º Congresso, com a aprovação da paridade de gênero na diretoria nacional, outra política importante na luta contra o machismo no movimento sindical.

Os avanços do ANDES-SN nos debates de gênero e raça sempre estiveram articulados com a perspectiva classista, apontando para a necessária interseccionalidade dos debates gênero-raça-classe, contribuindo para o avanço e reconhecimento do direito das mulheres, negros e negras e LGBTTI.

Vale destacar que ao longo dos seus 38 anos de existência o ANDES-SN sempre travou suas lutas em parceria e articulação com o movimento estudantil, o movimento do(a)s servidore(a)s técnico-administrativo(a)s, movimentos sociais e populares, servidore(a)s público(a)s das três esferas (municípios, estados e federal) e trabalhadore(a)s de outras categorias profissionais, por entender que a defesa da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade deve ser uma defesa de toda a sociedade.

Para essa história continuar é necessário que você, professor e professora, venha construir esse sindicato! Um sindicato de luta, democrático e autônomo em relação a partidos, governos e reitores. Fortaleça o ANDES-SN e filie-se à seção sindical de sua instituição de ensino!

2. Concepção sindical e estrutura organizativa do ANDES-SN

ANDES-SN: Sindicato autônomo e democrático

O ANDES-SN foi construído a partir da opção por um sindicalismo de base, rompendo com a estrutura sindical vigente na realidade brasileira, que atrela o sindicato ao Estado. Combatendo, desde o princípio, o imposto sindical, o ANDES-SN só recebe contribuições voluntárias. Prezando pela horizontalidade e pela democracia, a estrutura sindical do ANDES-SN permite organização por local de trabalho com autonomia política, jurídica, administrativa e financeira, materializadas nos princípios e nas políticas aprovadas nas instâncias deliberativas do Sindicato Nacional, positivadas em seu Estatuto. Essa concepção de organização sindical pela base defende a pluralidade e a liberdade sindicais, consoante à Convenção 1987 da OIT, contrapondo-se a unicidade sindical e ao Imposto Sindical. Essa defesa é absolutamente oportuna e necessária na atual conjuntura, em que a liberdade sindical se encontra fortemente ameaçada.

Desde a sua fundação, ainda como associação nacional docente, o ANDES-SN conformou uma estrutura baseada na organização a partir das bases. Isso impôs, desde o início, que as deliberações da Associação Docente e, depois, do Sindicato Nacional, tivessem e tenham como prioridade as deliberações das assembleias das seções sindicais. Trata-se de um princípio que vale para todos os espaços decisivos do sindicato: em absolutamente todas as instâncias deliberativas, quem decide sobre as questões mais importantes são o(a)s delegado(a)s eleitos pela base em suas assembleias. Em congressos, conselhos, setores e comandos de greve são o(a)s delegado(a)s de base quem devem levar as posições de suas assembleias e quem vota. Com exceção dos congressos e CONAD (espaços em que a diretoria é representada pelo voto do presidente do sindicato, um único delegado(a)), a diretoria não tem direito a voto.

A organização pela base em um sindicato nacional é um diferencial na estrutura sindical brasileira, o que por vezes gera incompreensões sobre

a estrutura e as diferenças entre um sindicato nacional e uma federação e confederação. A proposta de construção de uma federação esteve presente no período de criação da ANDES, porém foi rejeitada pela categoria, que compreendeu que o diferencial era criar um sindicato nacional, uma vez que a demanda de organização do(a)s professore(a)s do ensino superior surge dos próprios docentes, das lutas, mobilizações e reivindicações a partir de um movimento absolutamente vindo das bases ainda na década de 1970.

Imagem 1 – Sindicalismo pela base e horizontal (sindicato nacional)



Por ter nascido a partir de um movimento que organiza os docentes em seus locais de trabalho em favor do ensino superior de qualidade e público, de um projeto de carreira, de melhores condições de trabalho e de um projeto de Universidade, a ANDES, e depois o ANDES-SN, desde o início se constituiu como uma organização autônoma, independente e centrada nos interesses do(a)s professore(a)s universitário(a)s do Brasil. Para tanto, só poderia ser adequado um sindicato organizado a partir de uma

estrutura horizontal, democrática e pela base. Por maior que seja, uma diretoria não expressa a pluralidade, a diversidade e a complexidade da categoria representada por ela. Por isso, foi realizada a opção de que as diretorias do ANDES-SN cumpram um papel executivo: cabe a elas assegurar as deliberações de CONAD e congressos do ANDES-SN

Faz parte também da concepção sindical do ANDES-SN, a compreensão

de que a luta pelo projeto de educação pública superior não deve ser uma defesa apenas da comunidade acadêmica, mas sim do conjunto da classe trabalhadora e que as propostas de educação construídas ao longo dos anos passam pela defesa de um projeto de sociedade emancipatório e anticapitalista. Por isso, o sindicato nacional fez a opção de estar vinculado a uma central sindical, por compreender que a luta do(a)s trabalhadore(a)s docentes deve ser articulada às lutas do conjunto da classe trabalhadora. Inicialmente, em 1989, se filiando a CUT e, posteriormente, à CONLUTAS em 2007 e à CSP-Conlutas em 2011. Pelas mesmas razões, prioriza, na construção da luta unitária, a parceria com movimentos sociais e populares do campo e da cidade e estudantil. Esse esforço por unidade se manifesta na atuação em espaços como CNESF, FONASEFE, CONEDEP e Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e na parceria com movimentos sociais e populares do campo e da cidade.

Como sindicato nacional, o ANDES-SN possui estatuto próprio e a partir deste as seções sindicais organizam seus regimentos. Como expresso no artigo 2º do estatuto, o “ANDES-SN tem por finalidade precípua a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência à(o)s seus (suas) sindicalizado(a)s”. Portanto, o ANDES-SN se constitui, segundo o artigo 3º, como “entidade democrática, sem caráter religioso



Ato em defesa do ANDES-SN em frente a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em 2010

nem político-partidário, independente em relação ao Estado, à mantenedoras e às administrações universitárias”.

A luta por autonomia em relação a partidos, governos e administrações universitárias, muitas vezes, tem custado caro para o ANDES-SN. Assim, por ter se mantido como entidade autônoma em relação a governos, em 2003, após ter um papel protagonista na luta contra a reforma da previdência de Lula, o executivo federal, em articulação com entidades que se transformaram, à época, em correias de transmissão do governo, efetivou a cassação do registro sindical do ANDES-SN datado de 01 de março de 1990. Primeiramente, a cassação ocorreu após um mandado de segurança impetrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC) e pela Confederação de dos Trabalhadores em Educação e Ensino (CONTEE). Posteriormente, o governo se aproveitou de brechas na Legislação para questionar a legitimidade jurídica e a representatividade política do ANDES-SN. Graças à mobilização da base e uma intensa luta política e jurídica que se desenvolveu entre 2003 e 2009 (que incluiu a realização de um Congresso Extraordinário em 2008 para debater a liberdade de organização sindical e a defesa do ANDES-SN), finalmente, em 05 de junho de 2009, o registro sindical foi reconquistado.

No mesmo período, revelando que a cassação do registro sindical era parte de uma tentativa de golpe contra o sindicalismo autônomo, militantes do PT e seus aliados, na sede nacional da CUT, em São Paulo, se reuniram para criar outra organização sindical com o intuito de tentar tomar o lugar de representação do ANDES-SN. O sindicato/federação cartorial não conseguiu seu registro sindical, mas cumpriu o seu papel de origem de dar base aos governos de conciliação de classe, inclusive oferecendo suporte à contrarreforma do Estado e defendendo políticas do governo à época para a educação superior, para o serviço público e para a carreira e a remuneração do(a)s docentes.

Foi esta autonomia financeira que também possibilitou o ANDES-SN ter mantido suas atividades fundamentais com a edição da Medida Provisória 873/2019 de Jair Bolsonaro, que tentou dismantlar o funcionamento dos sindicatos restringindo os meios de arrecadação utilizados pelas entidades.

A estrutura organizativa do ANDES-SN

A estrutura organizativa do ANDES-SN, como prevê o artigo 13º do estatuto, é assim disposta:

I- Congresso do ANDES-SN

II- Conselho do ANDES-SN (CONAD)

III- Diretoria do ANDES-SN

IV- Seções Sindicais ou AD-seções sindicais constituídas por:

a) Assembleia Geral;

b) Diretoria;

c) Outros órgãos constituídos no seu interior nos limites do Estatuto ou do regimento.

A instância máxima do sindicato nacional é o Congresso, enquanto a instância máxima de uma seção sindical é a assembleia geral. Esta deve indicar a política a ser defendida pela diretoria da seção sindical e seus representantes nos espaços nacionais (Grupos de Trabalho, Seminários, Setores, CONAD e Congresso) do sindicato.

Sendo o Congresso a instância máxima do Sindicato Nacional ele é responsável por deliberar sobre as políticas e as diretrizes do trabalho do sindicato para cada período, tendo sua atualização no CONAD. A seguir há três quadros descrevendo, respectivamente, as instâncias do sindicato, as secretarias nacionais e a organização da Diretoria Nacional do Sindicato.

QUADRO 1 – Instâncias do sindicato

Congresso do ANDES-SN	Instância máxima do sindicato e acontece anualmente, em janeiro ou fevereiro
Conselho do ANDES-SN (CONAD)	Instância intermediária do sindicato e acontece ordinariamente uma vez ao ano em junho ou julho, podendo ser convocado extraordinariamente

Diretoria Nacional do ANDES-SN	Composta com paridade de gênero, por 83 professores e professoras das 12 regionais em que se organiza o sindicato. Desses 35 compõem a diretoria nacional assumindo tarefas nacionais e 48 se dedicam mais às tarefas das secretarias regionais
Secretarias Regionais	Escritórios regionais do ANDES-SN sem poder de deliberação que fazem parte da diretoria nacional e devem realizar mediações entre as seções sindicais e a diretoria nacional
Seção Sindical ou AD-Seção Sindical	Constitui-se na menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SN, podendo representar a categoria de um campus, dois ou mais campi, uma universidade ou diferentes IES (a depender da realidade local)

Quadro 2 – As 12 Secretarias Regionais do ANDES-SN

Região	UF representada(s) pela Regional
Norte I	Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima
Norte II	Pará, Amapá
Nordeste I	Ceará, Maranhão e Piauí
Nordeste II	Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco
Nordeste III	Alagoas, Sergipe e Bahia
Planalto	Distrito Federal, Goiás e Tocantins
Pantanal	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Leste	Espírito Santo e Minas Gerais
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
São Paulo	São Paulo
Sul	Paraná e Santa Catarina
Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul

Quadro 3 – Organização da Diretoria Nacional

Presidência	Presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente e terceiro vice-presidente
Secretaria	Secretário(a)-Geral, primeiro secretário(a), segundo secretário(a) e terceiro(a) secretário;
Tesouraria	Primeiro(a) tesoureiro(a), segundo(a) tesoureiro(a) e terceiro(a) tesoureiro(a)
Vice-presidentes regionais	Primeiro(a)s Vice-Presidentes Regionais e Segundo(a)s Vice-presidentes Regionais de 12 regionais
Diretore(a)s de Secretarias Regionais	Primeiro(a)-secretário(a) regional, segundo(a)-secretário(a) regional, primeiro(a) tesoureiro(a) e segundo(a) tesoureiro(a), com atuação restrita às 12 regionais

A diretoria nacional se reúne ordinariamente a cada 2 meses e extraordinariamente quando se fizer necessário de acordo com as determinações do estatuto.

A eleição para a direção nacional assim como para a direção das seções sindicais é direta, através de voto secreto e presencial do(a)s sindicalizado(a)s, no interior das instituições de ensino.

Além das instâncias do sindicato, ainda fazem parte de sua estrutura organizativa, sem serem instâncias deliberativas e, portanto, sem autonomia e poder de deliberação, os grupos de trabalho (GT) (descritos na parte 3 desta cartilha) e o setor das federais e das estaduais e municipais. Apesar de não terem poder de deliberação, os grupos de trabalho são espaços fundamentais para elaboração e acúmulo de debates e políticas que são objeto de discussão e deliberação nos CONAD e Congressos. Vale lembrar que a primeira redação do Caderno 2 (que expressa o projeto de universidade do ANDES-SN) resultou da criação do primeiro GT do ANDES-SN em 1979, o Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais. Da mesma forma, materiais importantíssimos, como as cartilhas, são elaborados coletivamente no âmbito dos GT do ANDES-SN.

Ao mesmo tempo em que a existência do ANDES-SN possibilitou a articulação de docentes de todo o país em defesa de uma pauta comum, as especificidades de universidades particulares, municipais, estaduais e federais foram contempladas com a conformação de setores: o Setor das Instituições Particulares de Ensino Superior (que está desativado, por decisão judicial), o setor de Instituições Estaduais de Ensino Superior e Instituições Municipais de Ensino Superior (setor das IEES/IMES) e o setor de Instituições Federais de Ensino Superior (setor das IFES).

Os setores se reúnem entre os congressos e CONAD com a finalidade de analisar a conjuntura, organizar eventos, discutir indicativos de greve, realizar campanhas e ações unificadas. O setor das IEES/IMES, por meio da realização de encontros sistemáticos, tem avançado na luta contra a precarização e intensificação da jornada de trabalho nas IEES/IMES, exigindo dos governos estaduais, municipais e das reitorias a abertura de concursos públicos para o corpo docente e técnico-administrativo, bem como a implantação de plano de carreira, cargos e salários e a necessária garantia de financiamento das IEES/IMES. De formas variadas têm-se desenvolvido as lutas dos docentes nas universidades estaduais e municipais, sendo a greve muitas vezes o recurso contra o sucateamento, a falta de recursos, a desvalorização do trabalho docente. Recentemente, durante o XV Encontro Nacional das IEES/IMES realizado em Mossoró (RN), foi aprovada, pela primeira vez, uma pauta unificada para o setor.

O setor das federais do ANDES-SN tem tido importante papel na articulação do(a)s docentes para a disputa dos



#OcupaBrasília em 2017

rumos da educação brasileira e na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e laica. Nos enfrentamentos com o governo federal, muitas ações foram desenvolvidas, com destaque para as greves dos docentes das universidades federais, que possibilitaram conquistas salariais, reverter ataques e conseguir melhores condições de trabalho.

A atividade conjunta e unificada dos dois setores foi fundamental no último período. As reuniões conjuntas dos setores foram importantes, por exemplo, para articular ações de resistência em que o ANDES-SN teve um papel protagonista: as lutas contra a EC 95/2016; o #OcupaBrasília pelo “Fora Temer”; e as duas últimas greves gerais, a de 28 de abril de 2017 e a de 14 de junho de 2019.

O Sindicato Nacional na década de 2000 enfrentou um novo desafio: a expansão universitária e com ela a organização sindical no universo da multicampia, o que já era uma realidade para as IEES/IMES, tornou-se uma característica das Instituições Federais. Os espaços de debate sobre



Reunião conjunta dos setores, realizada em 2019

o universo Multicampi apontaram que a centralização das ações e dos espaços deliberativos na sede das Seções Sindicais, que em alguns casos chegam a mais de 1000 km de distância, não contribuem para a ampla participação da base. A história do ANDES-SN também é marcada pelo debate e ações que organizam o movimento docente na multicampia.

Um sindicato dirigido pela base e alguns de seus desafios político-organizativos

Como se pode perceber, a forma organizativa do ANDES-SN revela sua concepção sindical altamente centrada na organização pela base. Isso implica em construir um sindicato que se oriente pelas deliberações das instâncias das seções sindicais, especialmente a assembleia de base, que serão conduzidas, debatidas e deliberadas nos Congressos e CONAD. Essa estrutura de sindicato nacional difere da estrutura e concepção sindical da organização via federação, uma vez que no sindicato nacional a busca pela unidade e pela construção de um ethos estruturante é vital para a luta e a manutenção da entidade. Já na federação, as organizações de base são entidades autônomas, com estatuto próprio e independentes, sem necessariamente garantir um ethos estruturante comum que dê identidade ao conjunto da categoria.

No ANDES-SN as deliberações são tomadas a partir das pro-



Docentes em luta pela carreira única em 1988

posições das bases. Nesse sentido, vale destacar um questionamento frequente da categoria sobre como se delibera greve no ANDES-SN. No sindicato nacional a deliberação pela greve é realizada pelas assembleias de base e a partir dos representantes das seções sindicais. No caso das instituições federais, a necessidade de construção e adesão à greve é deliberada em reunião nacional, a partir da indicação das assembleias de base, na qual a diretoria nacional não tem voto, apenas votam os representantes das seções sindicais. O método é o mesmo nas instituições estaduais, diferindo apenas o espaço de sistematização das proposições das assembleias de base, pois como a greve é apenas no estado, então é organizada neste nível. Ou seja, é importante afirmar mais uma vez, a direção nacional não decreta greve! Faz parte da concepção sindical do ANDES-SN que toda e qualquer greve só pode ser vitoriosa se ocorrer a partir da mobilização das bases.

Outro elemento importante da concepção sindical do ANDES-SN, que também se revela em sua estrutura, é sua absoluta autonomia em relação a partidos, governos e administrações. Em seus quase 40 anos, o ANDES-SN, como entidade, nunca apoiou nenhum governo e nenhuma gestão de reitoria ou administração, mesmo quando suas propostas se aproximam das demandas do movimento docente. Isso porque em sua concepção sindical as entidades organizativas da classe trabalhadora devem ter autonomia, independente de quem está no governo e/ou na administração, garantindo isonomia para lutar, de forma intransigente, pelas pautas da categoria, sem fazer concessões e acordos políticos.

Da mesma forma, apesar de ter no interior do movimento docente professores e professoras filiados a partidos e religiões, a estrutura do sindicato se mantém autônoma, sendo preservada, para que a entidade não se torne uma mera correia de transmissão de uma determinada organização política, permitindo a participação de todo(a)s e das diferentes organizações. Vale destacar que não se trata de negar e/ou rejeitar a militância partidária, mas sim de garantir a autonomia da entidade e sua democracia interna no sentido que todas as organizações políticas, do campo classista, possam construir o ANDES-SN.

A mudança na base social das universidades, com muito mais elementos da sociabilidade do capital, provoca uma redução no nível de consciência do(a) professor(a) e de sua identificação com a classe trabalhadora. Isso resulta dos efeitos da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado sobre a organização da classe trabalhadora. Destacam-se processos nefastos como o produtivismo exacerbado, isto é, a ênfase na produção de uma grande quantidade de publicações com pouca substância valorizando a quantidade como se fosse qualidade. Ampliam-se, assim, as dificuldades para que professor(a)s compreendam o que significa para a categoria um sindicato classista, que luta por rupturas com a ordem capitalista, voltado para a disputa de hegemonia e a busca pela unidade da classe.

Nesse sentido, devemos ter muito cuidado com a substituição da luta sindical pela luta do poder e devemos estar preparados para o enfrentamento às alterações legais sobre a reorganização sindical que virão. É importante preservar nossos princípios, mas estar abertos à atualização constante da nossa organização para que esta seja a melhor ferramenta possível, ampliando os seus melhores atributos. Por outro lado, recusando-se a ser um sindicato corporativista, embora seja corporativo ao defender a categoria.

3. Os grupos de trabalho do ANDES-SN

Os Grupos de Trabalho (GT) são espaços não deliberativos de formação política sindical sobre assuntos concernentes as suas temáticas. Nacionalmente, têm por finalidade contribuir na formulação da política nacional do sindicato e auxiliar a Diretoria Nacional. Cada GT se organiza a partir da coordenação de diretores(a)s nacionais, que se reúnem periodicamente com o Pleno (representantes dos GT das seções sindicais). Têm ainda como objetivo colaborar para a formação de GT locais nas seções sindicais que, a partir do acúmulo das bases, contribuem com as formulações nacionais. A organização e o funcionamento dos GT locais são da responsabilidade e autonomia das seções sindicais.

Venha contribuir para a construção dos GT! Procure sua seção sindical e participe!

Quais os GT que existem no ANDES-SN?

GTPE - Política Educacional; GTSSA - Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria; GTVerbas – Verbas; GTCarreira – Carreira; GTCeT - Ciência e Tecnologia; GTPAUA - Política Agrária, Urbana e Ambiental; GTPFS - Política de Formação Sindical; GTHMD - História do Movimento Docente; GTFundações – Fundações; GTCA - Comunicação e Artes; GTPCEGDS - Política de Classe, para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual.

Mas afinal... o que são e o que fazem os GT?

Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE):

O GTPE é responsável por produzir, apresentar e divulgar análises sobre políticas educacionais em fase de construção ou implementadas pelos governos. Debate, estuda e analisa as leis estruturantes da educação no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), assim como os projetos que buscam impor uma educação uniforme e acrítica, como o projeto “Escola sem Partido” e seus similares. Toda a sua produção é baseada no princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e na defesa da educação pública, gratuita, estatal, laica e socialmente referenciada. O GTPE também é responsável pela organização do Seminário Nacional Estado e Educação do ANDES-SN.

Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS):

O GTPCEGDS é o grupo de trabalho que reflete, produz e elabora para os debates relacionados a gênero, questões étnico-raciais, sexualidade e pautas da população LGBTTI de forma articulada com as ações e políticas sindicais que garantam espaços de formação e elaboração de materiais sobre esses temas. Está voltado para a defesa da garantia das políticas de combate às opressões dentro e fora do Sindicato Nacional, assim como busca construir uma agenda que dialogue com os movimentos sociais. O GTPCEGDS, via sua coordenação nacional e os GT locais das SSind, também atua na luta contra o capacitismo, o assédio sexual, as violências contra mulheres, negro(a)s, indígenas e população LGBTTI nas Universidades, CEFET e Institutos Federais.

Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS):

O GTPFS foi criado no VIII Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro 1989, com a finalidade de acompanhar e apoiar a transformação das Associações Docentes em Seções Sindicais, logo depois de ocorrer a transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional. A partir de então, o GT concentra os debates sobre formação política e sindical nas Seções Sindicais do ANDES-SN, a relação com sua Central Sindical ou espaços de atuação em unidade de ação com outras entidades do funcionalismo público, da educação e outros movimentos sociais. A construção de propostas de formação sindical e de organização política que são debatidas em CONAD e Congressos têm no GTPFS uma de suas instâncias mais importantes de elaboração e difusão.

Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA):

O GTCA é o grupo de trabalho que auxilia a Diretoria Nacional do ANDES-SN nos debates e na construção de políticas relacionados à comunicação, cultura e arte; e às pautas dos coletivos que protagonizam as manifestações populares e de resistência. Articula ações sindicais de fomento e mediação à produção artística; e propõe políticas de comunicação do ANDES-SN com seus e suas sindicalizado(a)s. Busca garantir, principalmente nos dois principais eventos do sindicato, espaços de formação e expressão artística e cultural, que contribuam na pauta das políticas anti-imperialistas, classistas, buscando várias perspectivas expressivas que denotem a arte e a comunicação como instrumentos políticos.

Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA):

O GTSSA auxilia a Diretoria Nacional do ANDES-SN nos debates relacionados à seguridade social na perspectiva da proteção social: (1) da Saúde, enquanto política pública e suas interfaces com a saúde do(a) trabalhador(a) docente; (2) da Assistência Social; e (3) da Previdência Social, para ativo(a)s e aposentado(a)s. Cabe ao GTSSA articular atividades de formação sindical e atuar em parceria com movimentos sociais nacional e localmente na defesa dos direitos à saúde, assistência e previdência social da classe trabalhadora.

Grupo de Trabalho de Fundações (GTFundações):

O GT FUNDAÇÕES foi criado em 2005, durante o 50º CONAD (2005), inicialmente, em caráter emergencial e provisório, com o objetivo de realizar um diagnóstico nacional da situação das fundações de apoio à pesquisa nas Instituições de Ensino Superior Públicas e colaborar na proposição de uma estratégia nacional de enfrentamento ao processo de privatização em curso. O tema de estudo deste GT continua atual e precisa ser impulsionado, envolvendo as seções sindicais, visando municiar a categoria com informações e análises a respeito das questões que envolvem a atuação das fundações de direito privado, as organizações sociais e os fundos de investimento ligados às Instituições de Ensino Superior Públicas e seu caráter privatizador.

Grupo de Trabalho de Verbas (GTVERBAS):

O GT Verbas foi criado no final da década de 1980. Tem como objetivo acompanhar o planejamento dos orçamentos públicos anuais, propor ações visando garantir a destinação destes recursos para as finalidades previstas em Constituição, principalmente àqueles que financiam a educação, a saúde, a segurança e os benefícios sociais à população em geral e ao(à)s trabalhadoras e trabalhadores.

Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD):

O GTHMD é o grupo de trabalho que tem como pauta o fomento ao debate e à construção de políticas relacionadas à memória e à história do movimento docente e sua relação com a história do movimento sindical no Brasil. Auxilia nos trabalhos do Centro de Documentação do ANDES-SN (CEDOC) e também faz interface com o resgate da memória de luta e resistência à ditadura civil-militar realizada pela Comissão da Verdade do ANDES-SN.

Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCeT)

O GTCeT foi criado em 1986, no XIII CONAD, com a denominação de Grupo de Trabalho de “Política Científica e Tecnológica”. Desde 2016, com a aprovação da Lei que define o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI), o GTCeT tem discutido a redução dos investimentos em CeT, o viés privatizador da Inovação como foco do MLCTI, além dos impactos para a carreira docente das IES. O trabalho do GT tem por referência a defesa da ciência e tecnologia públicas para o desenvolvimento do país e para a melhoria das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora. Os debates e estudos pautam a constituição das agências de fomento à pesquisa e o desafio da integração com as instituições de ensino, tendo como referência o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Grupo de Trabalho de Carreira (GTCarreira)

O **GTCarreira** tem seu debate de constituição iniciado no primeiro Congresso da ainda Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, em 1982. Seu objetivo é discutir o projeto de carreira única para o ensino superior público, com isonomia entre docentes ativo(a)s e aposentado(a)s, estruturada a partir da Dedicção Exclusiva como forma prioritária, para garantir o tripé ensino-pesquisa-extensão. Nesse GT são debatidos os elementos de desestruturação da carreira docente e elaboradas propostas para a construção de uma carreira única que sirva como referência à luta em todas as instituições de ensino públicas, tanto do ensino médio federal e estaduais ligadas às universidades estaduais, assim como para o ensino técnico e tecnológico e o ensino superior das três esferas federal, estadual e municipal.

Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA)

O **GTPAUA** inicialmente foi criado para debater a questão agrária e com o tempo foi sofrendo alterações a partir do acúmulo do Sindicato Nacional, no que tange à necessária e indispensável articulação entre a temática agrária, urbana e ambiental. O GT trata das temáticas relacionadas ao meio ambiente, à degradação ambiental e às consequências para a vida na cidade e para as comunidades e povos originários e tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros. Discute as repercussões da apropriação privada da terra, nos meios urbano e rural e seus impactos para a vida no campo e na cidade.

4. Um pouco sobre a trajetória do ANDES-SN na luta pela organização da educação nacional

O ANDES-SN atua na defesa da educação pública e gratuita e de qualidade socialmente referenciada desde sua criação em 1981. A concepção de educação defendida pelo Sindicato, reiterada ao longo de sua história, é que “deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado”.

É com essa concepção que o ANDES-SN tem trabalhado ao longo de sua existência, não se furtando em nenhum momento em ser partícipe de ações, individualmente ou com outras entidades, na defesa intransigente do princípio fundamental da educação como um direito fundamental do ser humano.

Quando da elaboração de uma nova Constituição, após o fim da ditadura empresarial-militar, o ANDES-SN passou a defender que o fundo público fosse utilizado exclusivamente para financiar a educação pública. É, pois, com esse princípio que o Sindicato vem desenvolvendo suas lutas e ações.

AÇÕES:

Na Constituinte, na Elaboração da LDB de 1996 e do PNE de 2014

- Participação na criação do Fórum Nacional de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, com cerca de 30 entidades e movimentos sociais e estudantis. Um dos objetivos desse Fórum era incluir na Carta Magna do país pontos fundamentais sobre educação e

cultura. O Fórum conseguiu algumas conquistas, que hoje constam do Capítulo III, Seção I, da CF/88, apesar de muitas das propostas por ele apresentadas terem sido rejeitadas.

- Elaboração de uma Plataforma do(a)s Docentes do Ensino Superior para a Constituinte, em 1987. Mais ainda, elaborou uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi inserida como encarte, no número 1 da Revista Universidade e Sociedade, datada de 1991.
- Luta para incluir no artigo 207 da CF/88 a concepção de autonomia enquanto indissociável da democracia interna das IES, incluindo as questões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- Após a aprovação da Constituição Federal, o ANDES-SN participou do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Esse Fórum elaborou uma proposta de LDB que foi apresentada ao Congresso Nacional, tendo tramitado na Câmara e Senado, mas a proposta aprovada foi o substitutivo apresentado pelo deputado Jorge Hage (PMDB/BA), assinada pelo senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ), que se tornou a Lei nº 9.394 de 1996, fundamentada em fortes traços neoliberais, materializando-se em várias contrarreformas na educação que se sucederam nos anos seguintes.
- Construção de um Plano Nacional de Educação, que representasse os princípios do Fórum, motivado no artigo 214 da CF/88 e no artigo 87 da LDB/1996.
- Luta contra a exploração de classe e todo o tipo de opressão étnico-racial, gênero, capacitista e contrária à diversidade sexual.

Os Congressos Nacionais de Educação (1996-2004) com o protagonismo do ANDES

- Realização, em 1996, do I Congresso Nacional de Educação (CONED), no qual foram aprovados os eixos de elaboração do Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB).
- Realização, em 1997, do II CONED, quando uma comissão, da qual o ANDES fazia parte, sistematizou as propostas oriundas dos diferentes fóruns estaduais, que discutiram os eixos temáticos das propostas para o PNE e aprovou o que passou a se chamar de PNE-SB. O plano trazia como eixo estruturante a ideia de que a melhoria da educação brasileira passava, fundamentalmente, pela destinação de 10% do PIB para a educação pública, caracterizada também como gratuita. Este PNE foi encaminhado ao Congresso Nacional que o ignorou e passou a analisar a proposta do MEC do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), aprovando a Lei nº 10.172/2001, que instituiu o PNE 2001-2010.
- Realização, em 1999 do III CONED, com a temática: O Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira: Reafirmando a Educação como Direito de Todos e Dever do Estado.
- Realização em 2002, do IV CONED que teve como tema central: Educação, Democracia e Qualidade Social, Garantir Direitos, Verbas Públicas e Vida Digna, Educação: uma outra educação é possível.
- Realização em 2004 do V e último CONED, que discutiu Democracia e Qualidade Social – Educação não é mercadoria.

O início do fim do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública e a posição do ANDES-SN

O último CONED, realizado em 2004 na cidade de Recife (PE), foi marcado por divergências decorrentes da ascensão de Lula da Silva à presidência da República em 2003. A prática do Fórum era a tomada de decisões por consenso, sem votação. Essa forma de deliberação passou a se tornar inviável por vários motivos, dentre os quais a adesão de parte das entidades do FNDEP às políticas econômicas, sociais e educacionais, de caráter regressivo, implementadas pelo novo governo, mas criticadas e combatidas pelo ANDES-SN. Na realidade, não havia mais consenso sobre os princípios daquele Fórum e **nem sobre a defesa de verbas públicas exclusivamente para a educação pública**. Depois do V CONED, o FNDEP enfrentou, cada vez mais, dificuldades para se reunir, em razão do esvaziamento provocado pelas entidades que passaram a defender as políticas do governo Lula ou, em alguns casos, a fazer parte da gestão dessas políticas.

O ANDES-SN fez vários movimentos na tentativa de reativar o FNDEP, por sua importância na luta em defesa da educação pública e porque assumiu um expressivo protagonismo em todos os CONED, enquanto integrante da Comissão Executiva do FNDEP. Lamentavelmente, não logrou êxito em sua intenção. Mesmo assim, ainda nos dias atuais, o ANDES-SN defende que o PNE-SB de 1997, embora precise de revisão e atualizações, permanece como uma das maiores referências das lutas coletivas pela conquista de uma educação efetivamente pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

As conferências do governo federal

Em 2009, o governo federal organizou a Conferência Nacional de Educação (CONAE). O ANDES-SN, em um primeiro momento, fez parte da comissão organizadora do evento. Mas, por decisão das instâncias máximas do ANDES-SN, foi deliberado que o Sindicato não participaria mais da CONAE. O 29º Congresso, realizado em Belém (PA) em 2010, fazendo o balanço de todo o processo ocorrido até então, reafirmou as deliberações anteriores. A resolução aprovada, afirmava que o ANDES-SN deveria “denunciar o processo de instauração da CONAE e sua metodologia pseudodemocrática, que visa a elaboração de um novo PNE, alinhado às diretrizes do MEC/Capital explicitadas no documento-base da referida conferência”.

Em 2014, ocorreu a segunda CONAE, já no governo Dilma Rousseff. A conferência, realizada em novembro de 2014, ocorreu após a aprovação, alguns meses antes (agosto de 2014), do novo PNE. Esse fato possibilita interrogar seus objetivos, já que a Portaria nº 1410/2012, no artigo 2º afirma: “Fica convocada a II Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, que terá como tema ‘O Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”.

Os Encontros Nacionais de Educação (ENE)

Em 2011, com o fim do PNE (2001-2010) e com o aprofundamento das concessões do governo do PT aos interesses do capital e da burguesia, algumas entidades profissionais, sindicais e movimentos estudantis e sociais começaram a se mobilizar no sentido de reapresentar a defesa da proposta de 10% do PIB para a Educação Pública contida no PNE-SB. Com o objetivo de estabelecer disputa das consciências na questão do financiamento



I ENE, realizado no Rio de Janeiro, em 2014

do setor, foi criado o “Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública Já!”, responsável pela realização de um plebiscito que teve por título sua consigna e que, somente no primeiro ano, contou com a participação de 360 mil pessoas, das quais 352 mil votaram favoráveis ao aumento do financiamento da educação.

Na perspectiva de dar consequência política ao plebiscito e avançar na reorganização das entidades não atreladas ao governo federal, o ANDES-SN aprovou, em 2013, a proposta de que o “Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já” organizasse o I Encontro Nacional de Educação (I ENE) com o intuito de rearticular os setores classistas, organizar as lutas sociais em defesa da educação pública e gratuita e avançar na construção de um projeto de educação legitimado por espaços democráticos e pelo viés da classe trabalhadora.

O I ENE foi realizado em agosto de 2014, no Rio de Janeiro, reunindo cerca de duas mil pessoas e congregou algumas entidades em um espaço de oposição às políticas educacionais em vigor, especialmente, o prenúncio de que o PNE do governo Dilma instituiria, legalmente, a transferência do fundo público para o setor privado da educação, o que se confirmou na lei sancionada pela, então, presidente.

O resultado do I ENE está relatado em uma Cartilha denominada “Em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a Educação Pública

Já!”. A cartilha apresenta uma análise crítica da política educacional que vinha sendo executada e aponta, também, a necessidade de construção de um projeto de educação classista e democrática.

Dando sequência ao acúmulo do I ENE, em 2016, realizamos com outras entidades o II ENE, em Brasília. Sua temática foi “Por um projeto classista e democrático de educação” e, maior que o anterior, reuniu cerca de três mil pessoas. O evento produziu uma Declaração Política e apontou propostas para a continuidade das lutas contra a privatização e mercantilização da educação em todos os níveis, etapas e modalidades. A Plenária final do II ENE decidiu, ainda, por alterar o nome do “Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública Já!” para Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP).

A CONEDEP organizou em 2019 o III ENE, o qual ocorreu em uma conjuntura profundamente desfavorável, na qual a extrema-direita, fundamentalistas, conservadores, liberais e representantes do capital financeiro se unificaram



Foto: Monalisa Resende (Sinasefe)

III ENE, realizado em Brasília, em 2019

em torno da figura de Jair Bolsonaro e elegeram a educação pública e gratuita como um de seus principais inimigos. Apesar da situação política, o evento, ocorrido em Brasília,



15 de maio, primeiro tsunami da educação em 2019

reuniu mais de 1200 militantes de todo o país e foi um espaço de resistência importante para a construção de ações unitárias contra os ataques de Bolsonaro. Durante o evento ocorreram plenárias da Frente Nacional Escola sem Mordça e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas. Na declaração política aprovada pelo evento, além de destacar a centralidade da unidade na luta e a centralidade da construção da greve geral, as entidades e os movimentos presentes sinalizaram a ênfase na importância de organizar, em um patamar superior, a luta contra os ataques neoliberais sobre a educação. O III ENE indicou o dia 15 de maio como dia de greve geral, o que não ocorreu, mas a data ficou conhecida como o primeiro “tsunami da educação”, dia em que milhões de pessoas em centenas de municípios por todo o país saíram às ruas para se opor à política regressiva e de cortes orçamentários implementada pelo MEC.

Após o III ENE, conforme decisão congressional, o ANDES-SN segue construindo a CONEDP e avaliando em seus fóruns as melhores maneiras de construir o ENE, atualizar o PNE-SB e, acima de tudo, fortalecer a luta contra a ofensiva neoliberal, conservadora e fundamentalista sobre a educação que tem se manifestado de diferentes formas: militarização das escolas, escola sem partido, educação domiciliar, reforma do ensino médio, BNCC e, dentre outras medidas, um draconiano corte orçamentário.

As críticas ao PNE 2014-2024

Durante todo o processo de debate, tramitação e aprovação do PNE 2014-2024, ficou patente o fortíssimo *lobby* do empresariado, organizado em torno do “Todos Pela Educação (TPE)” para mercantilizar e privatizar a educação. Esse lobby teve grande acolhida e influência nos governos de Lula e Dilma, inclusive, com a atuação de Guido Mantega, articulado à FIESP, para não aprovar os 10% do PIB para a educação pública. Parte da articulação privatista foi o adiamento da CONAE de 2014, a qual foi realizada somente após a aprovação do novo Plano de Nacional da Educação.

O texto do PNE 2014-2024 demonstra explicitamente que o empresariado organizado no TPE era o interlocutor privilegiado dos governos petistas. O TPE incorporou, em seu coletivo, entidades como MEC, IPEA, INEP, CONSED e UNDIME, fortalecendo, assim, o campo privatista por dentro do aparelho de estado. Justo por isso, as metas do TPE foram assumidas pelo governo, mas não só.

O discurso de conciliação de classes produziu, dentro das organizações de trabalhadore(a)s, mudanças expressivas na defesa da educação pública. Muitas entidades passaram a considerar que a criação de Parcerias Público Privadas (PPP) na gestão da educação pública era aceitável. O ANDES-SN foi firme na defesa de nossos princípios: a defesa da educação pública, gratuita, socialmente referenciada e 100% custeada com recursos públicos, consigna presente em todos os nossos congressos e materiais de divulgação. O embate, travado em torno dos 10% do PIB para a educação, resultou favorável aos interesses empresariais na educação, pois, na Lei que aprovou o PNE 2014-2024, prevaleceu o conceito genericamente denominado “educação”, escancarando-se de vez o caminho para o uso do fundo público para a iniciativa privada. Além disso, o PNE escalona a aplicação desse percentual até o último ano de sua vigência. Portanto, a intensa mobilização social, inclusive por várias entidades que participaram da CONAE, que levou à inclusão da concepção “pública”, não prevaleceu. Seu conteúdo foi alterado pelo governo, permitindo que a educação fosse compreendida como pública, não estatal, conforme o

Artigo 5º, §4 da Lei n. 13.005/2014, constituindo-se uma pavimentação segura para as Parcerias Público-Privadas no setor educacional.

O ANDES-SN não defende o PNE 2014-2024, aprovado no governo Dilma, pois, por meio dele, garante-se uma ampliação da privatização da educação para além do financiamento, já explicitado neste texto. Esse PNE também engendra novas funções sociais para a educação pública; demanda uma “formação de recursos humanos de distintos tipos”, indicando, para a grande maioria dos jovens, uma formação aligeirada por meio do Ensino a Distância; difunde a ideologia didático-pedagógico das competências; acolhe uma concepção de avaliação de massas que permite classificação e ranqueamento das instituições de ensino; e reforça as políticas de responsabilização e culpabilização dos docentes pelo fracasso dos estudantes, bem como, aprova um modelo de gestão escolar que incorpora a concepção empresarial.

Além disso, o novo PNE foi marcado pela retirada do parágrafo que definia como meta da educação “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. De fato, as expressões “gênero” e “orientação sexual” foram banidas de todo o texto. Esse fato, fruto do conservadorismo presente na elaboração do PNE, influenciou a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais, bem como contribuiu grandemente para o aprofundamento de propostas que estão sob a bandeira do “escola sem partido”.

Como se pode deduzir, as medidas dominantes do PNE de Dilma e as várias iniciativas tomadas, desde o governo Lula como parte do projeto educacional, vão em direção diametralmente opostas ao PNE-SB de 1997.

Após o impeachment de Dilma, os ataques contra o projeto de educação pública e gratuita se agravaram profundamente. O governo Temer implementou retrocessos terríveis como a BNCC, a contrarreforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional 95/2016 – a qual ameaça a própria existência dos serviços públicos. Os ataques do capital contra o projeto de educação pública e gratuita e contra a liberdade de ensinar e aprender se aprofundaram com os avanços de organizações da extrema-direita e com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O enfrentamento ao processo de des-

mantelamento dos serviços públicos, desqualificação e criminalização do trabalho docente e de destruição das instituições educacionais públicas e gratuitas se coloca na ordem do dia. Por isso, apesar das perdas sofridas pelo ANDES-SN nesse enfrentamento, temos a convicção de que as nossas lutas e de outras entidades foram e são fundamentais para nos contrapor-mos à total destruição de um projeto de educação pública, voltado para a construção de uma sociedade na qual todo(a)s que tenham um rosto humano possam viver verdadeira e plenamente essa condição.

5. Os desafios da multicampia

Formação das Universidades no Brasil e a *multicampia*

A organização das universidades brasileiras começou com a chegada da Família Real portuguesa em 1808. O processo de independência, iniciado em 1822, evidenciou o alijamento da classe trabalhadora do acesso ao modelo de educação europeia influenciado pela Universidade de Coimbra, situação que perdurou até a proclamação da República em 1889. Entre o final do século XIX e o início do século XX, a educação sofreu várias transformações e teve marcos importantes, como em 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, e em 1968, com a Reforma Universitária no bojo do acordo MEC-USAID. O salto mais importante foi a mudança de instituições isoladas de ensino superior para conglomerados.

Entre 1808 e 1968, o que existiu foi um ensino superior isolado que, na tentativa de consolidar a integração, criou a ideia de universidade a partir de conglomerados ainda dispersos – os quais dariam origem aos campi descentralizados e a multicampia.

A multicampia surgiu como uma política de democratização do ensino superior, como contribuição para que o tripé básico da universidade pudesse responder às demandas regionais e fomentasse o desenvolvimento humano. No entanto, essa política pública tornou-se sinônimo de expansão precarizada do ensino superior.

Para garantir a expansão das universidades através da instalação de campi em cidades fora de sede, em especial no processo ocorrido nas instituições federais de ensino, foram realizados muitos convênios entre as universidades e as prefeituras locais. Esses convênios nem sempre passaram por um processo criterioso de explicitação das responsabilidades dos distintos entes federativos, o que acarretou em muitas discontinuidades na implementação de investimentos nos campi.

O ANDES-SN defende o processo de expansão universitária no Brasil, mas registrou fortes críticas a forma como foi realizada, vinculado a políticas clientelistas e eleitoreiras em que determinados grupos políticos e partidários, focando as eleições municipais e/ou estadual, se empenhavam em

levar campi universitários para determinados municípios. Outro elemento importante é que o processo de expansão das universidades públicas, predominantemente, não seguiu qualquer estudo da demanda local e/ou das potencialidades de determinada região para a formação. Os cursos foram escolhidos de forma aleatória, sem considerar demanda, oferta e procura, o que acarretou, em pouco tempo, o fechamento e/ou o esvaziamento de alguns. Esse processo teve repercussão direta na vida do(a)s docentes concursados para essas realidades, pois impedia a produção de conhecimento nas áreas dos concursos, assim como inviabilizava a vida acadêmica de muitos docentes, pois determinadas áreas de conhecimentos não tinham demanda na realidade local em que o campus estava inserido.

Assim, a expansão normalmente ocorre sem a vinculação de patrimônio e sem a constituição de dotação orçamentária que garanta a continuidade de recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento das instituições de ensino superior. A obrigatoriedade do financiamento público ficou estabelecida em instrumentos legais de criação das IFES, IEES/IMES, sem, entretanto, definir-se concretamente como seria o cumprimento da norma legal. Além disso, a expansão, tal como ocorreu nos últimos anos, não efetivou o tripé ensino-pesquisa-extensão.

A falta de estrutura na constituição de alguns campi fora de sede tem levado o(a)s docentes a trabalharem em péssimas condições. Em alguns polos de expansão, as aulas são ministradas em contêineres, mesmo após mais de dez anos de implementação dos cursos. Alguns campi não possuem biblioteca, restaurante universitário, moradia estudantil. Até mesmo instrumentos básicos para o trabalho do(a) professor(a), como internet e computador são precários e/ou inexistentes.

Essa realidade tem gerado uma grande rotatividade de professore(a)s nos *campi* fora de sede, uma vez que, dada a insatisfação com as condições de trabalho, o(a)s docentes recém-concursados começam, logo após tomar posse, a buscar outras possibilidades de concurso e/ou de transferências para campi mais estruturados. Além disso, as condições precárias de trabalho catalisam processos de adoecimento docente, assédio moral e sobrecarga de trabalho.

Mesmo com especificidades, a multicampia nas IEES e nas IFES são muito semelhantes, pois o ethos estruturante da expansão foi e é o mesmo: expandir sem garantir qualidade e condições de trabalho e estudo. Isso ocorre porque a expansão do ensino superior no Brasil seguiu as determinações de organismos internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO e Organização Mundial do Comércio. Estes defendem, entre outras coisas, a educação como um serviço que deve ser ofertado de forma aligeirada.

A Multicampia nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES)

A interiorização e a multicampia existem nas Universidades Estaduais e Municipais há mais de 30 anos. As IEES/IMES representam, no Censo da Educação Superior do INEP de 2018, 63% das instituições públicas, concentrando 33% dos docentes das IES públicas e representando 35% das matrículas em cursos de graduação presenciais entre as IES públicas.

O exemplo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é ilustrativo sobre a multicampia. A UNEB foi criada no ano de 1983 “sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura” (art. 1º da Lei Delegada 66/83). Na década de 1980, a política para a educação superior ainda era a de “juntar” conglomerados de faculdades isoladas com o objetivo de criar uma universidade. A UNEB foi expressão daquela política, pois foi fruto da integração de diversas faculdades espalhadas no interior baiano: Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetitê e Centro de Ensino Técnico da Bahia. Apesar das principais faculdades estarem no interior, a



Manifestação na Lavagem do Bonfim em Salvador (BA) em 2013

sua sede administrativa foi constituída em Salvador, onde funcionava a Faculdade de Educação.

Os ataques às IEES/IMES, na atual conjuntura, têm incidido diretamente no seu financiamento, conseqüentemente, no desenvolvimento das políticas educacionais no universo da multicampia. Uma das principais expressões na precariedade de financiamento é a resistência dos governos estaduais a definirem um percentual fixo que corresponda à necessidade da expansão universitária na Constituição Estadual. No caso do estado do Ceará, por exemplo, o percentual previsto é de 5% das despesas líquidas de capital, em Minas Gerais é de 2% da receita líquida dos impostos, e no Mato Grosso é de 1% da receita líquida dos impostos. Porém, a definição do percentual também não é garantia de sua efetivação. No estado do Ceará, por exemplo, apesar dos 5% destinados a educação superior, apenas 3% são de fato utilizados.

Outro elemento de precarização da forma como a multicampia e a expansão se efetivam é a ausência de uma carreira única para o(a)s docentes. Tal situação existe mesmo em grandes estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, e é uma forma de precarização, pois professore(a)s exercem a mesma função com salários e condições de trabalho diferentes. A ausência de carreira única aliada às contratações de professore(a)s terceirizado(a)s

intensifica o nível de precarização do trabalho docente. Em alguns campi fora de sede, há um percentual alarmante na proporção de professores substitutos, contratados e designados (cada estado nomina de uma forma os professores que não são efetivos), que não estão inseridos na carreira do funcionalismo público e, portanto, não têm os mesmos direitos. Em Minas Gerais, por exemplo, os chamados professores designados de uma das universidades estaduais, não recebem nem mesmo 12 salários ao ano, pois só recebem pelos meses efetivamente em sala de aula, sem direito a férias e outras conquistas históricas da classe trabalhadora.

A Multicampia nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

A origem das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) está na Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, transformada na Universidade do Brasil em 1937 e, a partir de 1965, convertida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Universidade do Brasil, a partir de 1937, virou um modelo para as demais instituições de ensino superior do País. Houve, entretanto, na origem das IFES, uma indefinição sobre as regras de seu financiamento.

Entre 1970 e 1980, além do fortalecimento do tripé ensino, extensão e pesquisa, garantido no artigo 207 da CF/88, os desafios para a universidade brasileira envolviam disparidades regionais e a ausência de políticas consistentes do governo federal para a expansão universitária. Neste vácuo, os governos estaduais foram protagonistas na implantação das universidades.

Após a Reforma Universitária da ditadura empresarial-militar, e com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988 assegurou um financiamento mínimo para a Educação Superior. O art. 212 da CF/88 afirma: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de

impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

De 1988 até os dias atuais, as Instituições de Ensino Superior, IF e CEFET apesar da garantia de financiamento público constitucionalmente, ainda não recebem recursos financeiros suficientes para a sua expansão com qualidade. Na década de 1990, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei 9394/96, ficou estabelecido que “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Entretanto, não ficou concretamente definida a forma de se estabelecer o montante de recursos que assegurem a manutenção e desenvolvimento das instituições.

Sem uma sólida política de financiamento, a expansão da educação superior via multicampia se deu de forma desconcentrada e dispersa física e geograficamente. Não existiram medidas para garantir a organicidade da multicampia, isto é, a manutenção de diferentes campi assegurando o exercício de todas as atividades acadêmicas que expressam o tripé ensino, extensão e pesquisa.

Nos anos 2000, houve a intensificação de políticas de expansão e uma nova reforma universitária. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo governo Lula a partir do decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, buscou, considerando as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007) e no Plano Nacional de Educação 2001-2011, ampliar o acesso e a permanência na educação superior, especialmente em cursos de graduação. O REUNI foi uma política pública implementada pelo governo Lula com a finalidade de interiorizar o ensino superior público federal se



Ato no Piauí durante a greve de 2012

aproximando das metas fixadas nos citados planos. Houve ampla adesão ao REUNI, ainda que de maneiras diferenciadas. O mesmo ocorreu com sua implementação, em cada realidade se deu de uma maneira, ainda que, em geral, o que houve, de fato, foi uma expansão precarizada.

O Programa foi uma de diversas ações inscritas na contrarreforma do Estado e da educação superior, intensificando a expansão por meio da certificação em larga escala e da intensificação do trabalho docente. Esses processos reconfiguraram as universidades federais, induzindo, em parte, a uma “educação terciária”, conforme noção elaborada e difundida pelo Banco Mundial. Através deste importante deslocamento da concepção de educação superior para a “educação terciária”, o Banco Mundial reivindica o aprofundamento da diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos, com ênfase no ensino de graduação, desvinculando-o da pesquisa e da produção crítica e criativa do conhecimento.

Para cada universidade federal que aderisse ao REUNI, o governo “prometia” um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal. Mas em 2009 os recursos para o REUNI chegaram ao fim, antes mesmo do processo de expansão ser concluído. A realidade que se instalou em vários campi de sede e fora da sede se expressava em obras inconclusas, ausência de estrutura mínima para o trabalho docente como sala de professores e laboratórios, além de ínfimo investimento em assistência estudantil. Também não se atendeu a demanda por realização de concursos, impondo um elevado número de disciplinas ao(à)s professore(a)s, especialmente nos campi fora de sede. Isso ampliou as dificuldades para a realização de extensão e pesquisa, uma vez que a carga horária docente ficou voltada para a sala de aula.

Nas IFES, a multicampia, que representou em certa medida o grande salto da expansão universitária federal, garantiu a entrada de alunos sem garantir infraestrutura e corpo docente suficiente. Em algumas realidades, os cursos de graduação chegaram a formar suas primeiras turmas sem ter corpo docente efetivo e laboratórios para a carga horária prática. Esse foi o caso de diversos cursos de medicina, odontologia e psicologia sem clínicas ou serviços aplicados, além de cursos de química, farmácia e engenharias sem laboratórios.

Um elemento bem diferente entre a multicampia nas IEES e nas IFES são as formas de contratação, pois em todas as instituições federais a carreira é a mesma e o número de professores substitutos foi limitado a 20% a partir da Lei 12.425/2011. Então mesmo nos campi fora de sede, que não realizaram concursos nos primeiros anos, os professores que trabalhavam eram efetivos e de carreira, seja da sede ou do interior.

São distintos elementos que produzem os processos de multicampia, fazendo dessa realidade algo complexo, contraditório e desafiador. Entendemos que a expansão do ensino superior público é uma defesa do sindicato nacional como uma forma democratização, mas combatendo políticas que precarizam os campi, o ensino e as condições de trabalho. A multicampia tem se efetivado de maneira contraditória: ainda que contribua para a democratização do ensino superior público, ocorre de forma precarizada, com uma inclusão subalternizada.

Em síntese, percebe-se que a multicampia possibilita a democratização do ensino superior por meio da interiorização e abre espaço para que o tripé básico da universidade possa responder às demandas regionais. No entanto, a multicampia, como política de expansão implementada durante a ofensiva neoliberal, tornou-se sinônimo de precarização, de infraestrutura e política de permanência estudantil e docente frágeis, além de desarticlar e fragilizar a organização das categorias e entidades.

Organização Sindical nas Universidades multicampi e de fronteiras

O debate sobre a Multicampia foi pautado pela primeira vez no ANDES-SN durante o 16º Congresso em 1997, com o objetivo de avançar nas discussões sobre a organização por local de trabalho. Já se reconhecia que a expansão universitária precarizava o trabalho docente, pois colocava diverso(a)s professo(a)res em estradas ou barcos pela distribuição da sua

carga horária em campi diferentes, prejudicando inclusive atividades de ensino, extensão e pesquisa.

As seções sindicais têm adotado diferentes estratégias com o fim de envolver a categoria na vida sindical, respeitando a realidade da multicampia. A expansão precarizada tem exigido lutas cotidianas por melhores condições de trabalho nas instituições e a multicampia aprofunda a fragmentação, dificultando a mobilização da categoria. Daí a necessidade de pensar formas eficazes de garantir a participação e adequar a organização sindical à expansão.

A realidade e a experiência local devem orientar a organização sindical. A questão fundamental é favorecer a mobilização e a participação da categoria sem fragilizar a concepção sindical do ANDES-SN. Nesse sentido compreendemos que não existirá uma única forma de organização sindical para todas as realidades desse país continental, mas independente do formato, o princípio da unidade da categoria e da participação da base deve ser seguido.

Para avançar em questões organizativas e na política sindical, considerando a realidade da multicampia, em 2013, durante o 58º CONAD, foi aprovada a realização do VII Encontro Intersetorial do ANDES-SN para tratar da organização sindical no universo da multicampia. O encontro avançou no debate sobre as questões organizativas e, por sua vez, preparou os debates realizados no 33º Congresso e em um seminário que pautou a organização sindical realizado em 2014. Neste processo, as experiências do setor das IEES/IMES contribuíram no processo de formulação política sobre a temática.

Foi esse prolongado processo de debate que resultou em políticas e na revisão do estatuto de modo a preparar o ANDES-SN para o enfrentamento da realidade de expansão e de criação de campi fora de sede. De certa maneira, a interiorização da educação superior pode contribuir para o enraizamento do movimento sindical.

Os debates possibilitaram refletir sobre o fato de que a centralização das ações e dos espaços deliberativos na sede das Seções Sindicais não contribui para a ampla participação da base. Da mesma forma, a ausência de

dirigentes sindicais e a distância entre sede e *campi* fora de sede prejudicam o processo de filiação e participação da categoria – a qual deixa de se enxergar como parte do sindicato nacional.

Os debates também problematizaram a organização sindical em universidades de fronteiras. Nestas, o(a)s docentes são obrigados a transitar entre estados ou, até mesmo, países diferentes, criando desafios antes inexistentes para a categoria. Por isso, a partir do 38º Congresso do ANDES-SN iniciou-se um debate pensando essa nova realidade.

O avanço da organização sindical na realidade da multicampia é fundamental. Por isso, cabe ao ANDES-SN ampliar a organização do(a)s trabalhadore(a)s docentes em todas as realidades, buscando impedir a precarização do(a) docente e também a itinerância. Da mesma forma, tem aprofundado o debate sobre a incorporação de diferentes formas de participação do(a)s docentes multicampi na gestão sindical, com: o uso da videoconferência, assembleias simultâneas, descentralizadas etc., de forma a garantir a participação da base dos campi fora de sede nos espaços deliberativos, sem recorrer a estratégias que têm caracterizado o sindicalismo pelego, como o voto por procuração.

Nesse processo de adequar a organização sindical à realidade multicampi e/ou fronteira é necessário que as seções sindicais avancem na forma de composição de suas diretorias, proporcionando a representação por campi fora de sede, a constituição de conselho de representantes, o uso da tecnologia da informação para participação em atividades sindicais, a implementação de subsedes, a implementação do sindicato itinerante e tantas outras experiências que já fazem parte da realidade das seções sindicais. Em todos os formatos, a comunicação sindical assume importância estratégica para a mobilização da categoria e ganha relevância. Além das publicações nacionais produzidas pelo ANDES-SN, têm sido usados instrumentos como boletins e jornais locais publicados nos formatos impresso e digital. O uso das redes sociais, apesar de não substituir os espaços presenciais, pode, também, facilitar o diálogo com a categoria.

6. Glossário sindical

ABRUEM – Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

AJN – A Assessoria Jurídica Nacional é formada por advogados que prestam serviços jurídicos ao ANDES-SN, responsável por elaborar notas técnicas sobre Medidas Provisórias, leis, decretos e outros documentos do governo federal que dizem respeito à universidade e a classe trabalhadora. Ela é parte da Comissão de Enfrentamento à Criminalização e à Perseguição Política a Docentes e, quando necessário, compõe equipes jurídicas nacionais em parceria com outras entidades.

ANDES-SN – O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. O ANDES-SN é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). Tem sede em Brasília e doze escritórios regionais.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Reúne reitores das Universidades Federais.

ASSEMBLEIA – Instância deliberativa da Seção Sindical. É uma reunião composta por mesa diretora, que conduz os trabalhos e organiza falas e votações, formada por professores e professoras com direito a voto e fala (não sendo possível participação por procuração). A assembleia pode, em momentos críticos e importantes, decretar-se em Assembleia Permanente, com quórum determinado por essa primeira assembleia.

ASSEMBLEIA PERMANENTE – instância deliberativa que pode ser instituída por uma assembleia regular em situações excepcionais, como nos períodos de greve, que pode convocar assembleia de urgência, sem respeitar o prazo mínimo estipulado pelo regimento da seção sindical. O recurso da assembleia permanente é utilizado para momentos em que é necessário dar respostas rápidas às situações de luta (mesas de negociação, situação de repressão, etc.).

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - É uma associação, sem fins lucrativos, que busca realizar, de forma cidadã, a auditoria da dívida pública brasileira,

interna e externa, federal, estaduais e municipais. Objetiva demonstrar a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que prevê a realização da auditoria da dívida externa. As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida se iniciaram logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, em 3.444 municípios do País, organizado por diversas entidades da sociedade civil brasileira.

CAP – Colégio de Aplicação vinculado a algumas universidades públicas federais e estaduais. O(a)s professore(a)s desses colégios e seus similares também fazem parte da base do ANDES-SN, sendo da carreira EBTT ou da carreira do estado ao qual estão vinculado(a)s.

CARREIRA MAGISTÉRIO SUPERIOR – Atual carreira dos docentes das Universidades Federais, com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

CARREIRA EBTT – Atual carreira do(a)s docentes dos Institutos Federais, CEFET e Colégios com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica. Oferecem cursos em diversos níveis e áreas de educação profissional, tecnológica e superior, mas não realizaram a conversão em institutos federais após a aprovação da Lei 11.892/2008 que criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Até 2019, apenas dois CEFET compunham a rede: um no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais.

CNESF – Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais. Criada em 1990, como um Fórum que objetivava assegurar o direito de organização sindical do funcionalismo público e passou a atuar pela “permanente defesa do serviço público federal, dos seus trabalhadores, do Estado e da nação brasileira”. Foi uma organização fundamental nas lutas que resultaram na conquista do Regime Jurídico Único (RJU) pelo funcionalismo federal. Após desgastes e divisões que se efetivaram ao longo dos

anos 2000, a CNESF ficou inativa até 2019, ano em que, após um seminário nacional, ocorrido na sede do ANDES-SN, diversas entidades deliberaram pela reativação da entidade.

CONAD - CONSELHO do ANDES-SN. Instância deliberativa intermediária do ANDES-SN. Tem poder de deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas. Tem a missão de implementar o cumprimento e regulamentar as deliberações do CONGRESSO. Exerce funções de conselho fiscal do ANDES-SN, além de examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA. O Conselho pode ainda decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA, convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO, apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e suspensão aplicadas aos sindicalizados, criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, e homologar a constituição das Seções Sindicais. O CONAD se reúne ordinariamente, uma vez por ano, entre os meses de junho e agosto, em data e local fixados pelo CONAD anterior.

CONEDEP – Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita – é o nome adotado pelo antigo “Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, Já!”, o qual, por sua vez, tinha sido criado em 2011 com a finalidade de realizar campanhas levantando a importância do financiamento da educação e para aglutinar entidades e movimentos que defendem a educação pública e gratuita mantendo autonomia em relação a governos e patrões. Para tanto, o Comitê passou a realizar os Encontros Nacionais de Educação. Por deliberação do II Encontro Nacional da Educação, realizado em 2016, o nome do Comitê foi alterado para CONEDEP.

CONSELHO DE REPRESENTANTES – O conselho de representantes é uma instância que contribui para o diálogo da diretoria da seção sindical com sua base. Seu formato varia de acordo com o regimento de cada seção sindical, porém, normalmente, é composto por, pelo menos, um representante de cada unidade de uma IES.

CONGRESSO DO ANDES-SN - É a instância deliberativa máxima do ANDES-SN, que reúne delegados e observadores das Seções Sindicais. Seu objetivo é traçar o plano de lutas, isto é, o documento que norteia as decisões do Sindicato Nacional, seu posicionamento e suas estratégias de luta, além de gerir questões financeiras e administrativas, alterações de estatuto, admissão de novas Seções Sindicais, filiação a organizações nacionais e internacionais e gerenciar grupos de trabalho. O congresso se reúne ordinariamente, uma vez por ano, em janeiro ou fevereiro, em data e local fixado pelo CONGRESSO anterior, podendo ser convocado extraordinariamente, quando requerido pelo CONAD.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Reúne reitores dos Institutos Federais.

CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular, constituída no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010 à qual o ANDES-SN se filiou a partir de decisão congressual tomada em 2011 e discutida amplamente em CONAD extraordinário realizado em 2015. A CSP-Conlutas é uma central sindical e popular (isto é reúne tanto entidades sindicais, quanto movimentos populares) que surgiu a partir da articulação das entidades e movimentos que construíram a CONLUTAS (à qual o ANDES-SN se filiou em 2005) com outros setores da classe trabalhadora que se reuniram no CONCLAT.

DIRETORIA NACIONAL DO ANDES-SN – Instância do sindicato, eleita a cada dois anos, responsável por encaminhar as deliberações de CONAD e congressos no cotidiano do sindicato. É composto por 83 professoras e professores provenientes de todas as regionais do sindicato nacional.

ENE – Encontro Nacional de Educação. Reúne entidades de defesa da educação pública e gratuita que não se subordinaram aos governos de conciliação de classes na busca por elaboração de propostas e projetos em favor do aumento do financiamento da educação (expressa na bandeira “10% do PIB para a educação pública, já!”) e que lutam pela qualidade e ampliação da escola pública, assim como da democracia. Sua primeira edição ocorreu em 2014.

ESTADO DE GREVE - Diferente da deflagração de greve, o estado de greve expressa a decisão de docentes reunido(a)s em assembleia de que podem deflagrar greve a qualquer momento. O estado de greve é parte importante da mobilização para a greve, pois inicia o debate e mobilização em torno de um processo de greve no interior da categoria. Durante o estado de greve, todas as atividades regulares do trabalho docente permanecem, mas podem ser atravessadas por ações pontuais de luta e debate.

FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. Foi criada em 1978 e representa trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s de IES, IF e CEFET.

FÓRUM NACIONAL DAS CENTRAIS SINDICAIS – Espaço que reúne nove centrais sindicais, dentre elas a CSP-Conlutas, para definir ações unificadas de resistência aos ataques desferidos pelos governos. As duas últimas greves gerais, realizadas respectivamente em 28 de abril de 2017 e 14 de junho de 2019, foram chamadas, após forte pressão das bases, por esse espaço de organização.

FONACATE - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. Associação civil, integrada exclusivamente por entidades nacionais associativas e sindicais, representativas das carreiras que desenvolvem atividades consideradas essenciais e exclusivas do Estado, em todos os Poderes, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.

FONASEFE - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais. Reúne sindicatos e entidades representativas dos SPF e foi criado em 2012, após o processo de desarticulação da CNESF. Coincide com a criação do FONASEFE, a intensificação dos ataques dirigidos contra os serviços públicos. As ações do tem sido de contraposição a inúmeros ataques: contrarreformas da previdência, trabalhista e sindical; restrições e cortes orçamentários; e novas formas de privatização (como a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

FÓRUM SINDICAL, POPULAR E DE JUVENTUDES POR DIREITOS E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS – Fruto de ações impulsionadas pelo ANDES-SN, esse fórum resulta do reconhecimento de que há um amplo setor classista e combativo que hoje não se reúne em nenhum outro espaço. Tendo em vista a necessidade de envidar esforços para construir frentes unitárias que resistam aos ataques impulsionados pela extrema-direita e outros setores do capital, o ANDES-SN está envolvido na construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas para aglutinar amplos setores que compartilhem a mesma pauta em defesa de direitos sociais e liberdades democráticas, visando construir um espaço estratégico para a classe trabalhadora.

FÓRUMS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS – Entidades representativas de docentes e, em alguns casos do(a)s estudantes e técnico-administrativo(a)s das universidades estaduais de diversas unidades federativas que organizam fóruns estaduais. Esses fóruns tem a finalidade de ampliar a unidade e a capacidade de pressão e luta, conformando uma pauta unitária em favor de financiamento, planos de carreira, tabelas salariais, etc. Em cada estado esse Fórum recebe um nome, em São Paulo é conhecido como “Fórum das Seis”; na Bahia como “Fórum das ADs”; no Ceará como “Fórum das Três” e no Paraná o Fórum é denominado “Comando Sindical Docente”.

GREVE GERAL – A greve geral é um instrumento importante para as lutas pela conquista ou manutenção de direitos que abarcam o conjunto da classe trabalhadora (por exemplo, a luta contra a reforma da previdência do governo Bolsonaro em 2019). A greve geral não é a soma de várias greves e nem uma longa greve de apenas uma categoria, mas é a concretização da luta coletiva de um conjunto abrangente de categorias organizadas de diversas áreas (educação, saúde, transportes, produção, etc.) e setores (público e privado), em articulação com movimentos populares e estudantil. Ao invés de realizar várias mobilizações separadas, a classe trabalhadora realiza uma única mobilização concentrada com a finalidade de atingir o conjunto das atividades de produção e circulação da sociedade.

GRUPOS DE TRABALHO – Espaços em que professore(a)s das diversas Seções Sindicais do ANDES-SN participam para estudar e formular propostas sobre os temas que mais afetam os docentes, a educação e a luta sindical. Os acúmulos dos GT nacionais contribuem para a formulação de propostas de políticas que são levadas para deliberação nos Congressos e CONAD. Os grupos de trabalho nacional devem ser subsidiados pelos debates dos grupos de trabalho nas seções sindicais.

INSTITUTOS FEDERAIS – Instituições que estão presentes em todos os estados brasileiros e atuam na educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, desde o ensino técnico até a pós-graduação, passando por bacharelados e licenciaturas. Suas categorias, dependendo da realidade e da experiência de cada instituto, podem ser representadas pelo SINASEFE, pela FASUBRA e pelo ANDES-SN.

LDB – A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. Esta legislação foi criada com base nos princípios presentes na Constituição Federal, que reafirma o direito à educação desde a educação básica até o ensino superior.

MEC – Ministério da Educação. Cuida das Instituições Federais de Ensino por meio da Sesu – Secretaria de Educação Superior (SESu). O SESu é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. Na prática, o MEC, é a instância máxima que cuida das questões e reivindicações encaminhadas pelo sindicato, seja para tratar de assuntos sobre a Educação Superior por meio da SESu, seja para tratar de assuntos sobre a Educação Profissional e Tecnológica, por meio da SETEC.

MULTICAMPIA – Realidade que caracteriza as IES que possuem múltiplos campi, e que caracterizam a interiorização e a expansão da educação superior. A multicampia tem exigido respostas criativas para a representação do movimento docente em sua complexidade e diversidade.

PNE – Plano Nacional de Educação, documento governamental que traça diretrizes para a educação por dez anos. O prazo vigente do atual PNE vai de 2014 a 2024.

PNE-SB – Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Aprovado em 1997 pelo trabalho de uma comissão da qual o ANDES-SN participou intensamente, eleita pelo II Congresso Nacional de Educação (CONED) e tinha como eixo estruturante a ideia de que a melhoria da educação brasileira exigia a destinação de 10% do PIB para a educação pública e gratuita. O PNE-SB foi encaminhado ao Congresso Nacional que o ignorou e aprovou a proposta encaminhada pelo governo FHC, instituindo, assim, o PNE 2001-2010.

RITO DE GREVE – A entrada de professores e professoras em greve por tempo indeterminado segue um trâmite democrático. Em suas instâncias deliberativas, seja Congresso, CONAD ou Reunião dos Setores, a análise de conjuntura pode indicar a necessidade do movimento grevista. Essa decisão é enviada às bases que, numa rodada nacional de assembleias nas bases, debate a situação podendo ou não aprovar um indicativo de greve com data ou sem data. O debate é retomado novamente no Sindicato Nacional, com delegados das seções sindicais, que discutem e enviam a decisão novamente para as bases e assim, sucessivamente, até o acúmulo, ou não, de forças para a entrada em greve.

RJU – Regime Jurídico Único.- Lei nº 8.112/90. Regula a relação entre servidore(a)s público(a)s e a administração. São abarcados pelo RJU o(a)s servidore(a)s público(a)s civis da administração direta, das autarquias e das fundações.

SSIND - SEÇÃO SINDICAL – Antes da Constituição Federal de 1988, os Servidores Públicos Federais não podiam constituir sindicatos. Assim, professores e professoras das Instituições Federais de Ensino se organizavam em Associações Docentes (AD) espalhadas em todo o país, filiadas ou não à Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Com as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, houve a criação do ANDES-Sindicato

Nacional e, por isso, as Associações Docentes se tornaram Seções Sindicais (SSIND). O ANDES-SN conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional com mais de 120 seções sindicais.

SESU – A Secretaria de Educação Superior é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. Na prática é a unidade que cuida das questões e reivindicações encaminhadas pelo sindicato.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Unidade do Ministério da Educação que coordena nacionalmente a política de educação profissional e tecnológica (EPT) do país que abrange os Institutos Federais e CEFET.

SETORES – São organizações do sindicato nacional de acordo com a origem, municipal, estadual ou federal, da instituição de ensino a qual a Seção Sindical é ligada. A história do sindicato foi marcada pela atuação de três setores: particulares (inativado por interferência de decisão judicial), IEES/IMES (Setor das Estaduais e Municipais) e IFES (Setor das Federais).

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Surgiu a partir da Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º grau (Fenasefe) no dia 11 de novembro de 1988. O SINASEFE representa o(a)s servidore(a)s técnico-administrativo(a)s e docentes de instituto federais.

SPF – Servidores Públicos Federais.

SECRETARIAS REGIONAIS – São divisões regionais do ANDES-SN, que realizam a mediação entre a Direção Nacional e as seções sindicais. Fazem parte da estrutura organizativa do sindicato nacional e dividem o Brasil em 12 regionais.

UNIDADE DE AÇÃO – Muitas vezes as lutas do movimento docente são em favor de pautas comuns com outras categorias profissionais ou outros setores da classe trabalhadora. Em uma conjuntura de ataques contra o conjunto dos serviços públicos ou mesmo liberdades democráticas mínimas, o ANDES-SN busca construir ações unitárias com todas e todos os que defendem as mesmas bandeiras aprovadas por nosso sindicato em seus congressos e CONAD. Este é o sentido de unidade na ação: o ANDES-SN faz unidade com todo e qualquer movimento, frente ou entidade que efetivamente lute por bandeiras comuns com aquelas existentes no nosso plano de lutas.

7. Diretoria do ANDES-SN – Gestão 2018/2020

Presidente Antonio Gonçalves Filho (APRUMA)

1ª Vice-Presidente Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT)

2ª Vice-Presidente Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS-SE)

3ª Vice-Presidente Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP)

Secretária Geral Eblin Joseph Farage (ADUFF)

1ª Secretária Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)

2ª Secretária Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG)

3º Secretário Roberto Camargos Malcher Kanitz (ADUEMG)

1ª Tesoureira Raquel Dias Araújo (SINDUECE)

2º Tesoureiro Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (APRUMA)

3º Tesoureiro Erlando da Silva Rêses (ADUnB)

Regional Norte I

1ª Vice-Presidente Katia de Araújo Lima Vallina (ADUA)

2ª Vice-Presidente Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges (SESDUF-RR)

1ª Secretária Maria Rosaria do Carmo (ADUA)

2º Secretário Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior (SESDUF-RR)

1º Tesoureiro Antônio José Vale da Costa (ADUA)

2º Tesoureiro Bernardo Thiago Paiva Mesquita (SIND-UEA)

Regional Norte II

- 1ª Vice-Presidente** Suelene Leite Pavão (ADUFPA)
- 2ª Vice-Presidente** Emerson Duarte Monte (SINDUEPA)
- 1º Secretário** Francisco Orinaldo Pinto Santiago (SINDUFAP)
- 2º Secretário** Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP)
- 1º Tesoureiro** Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA)
- 2ª Tesoureira** Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA)

Regional Nordeste I

- 1º Vice-Presidente** Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI)
- 2º Vice-Presidente** Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE)
- 1º Secretário** Aurean D'Eça Júnior (APRUMA)
- 2ª Secretária** Filadelfia Carvalho de Sena (ADUFPI)
- 1ª Tesoureira** Zuleide Fernandes de Queiroz (SINDURCA)
- 2ª Tesoureira** Rosilda Silva Dias (APRUMA)

Regional Nordeste II

- 1º Vice-Presidente** Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG)
 - 2ª Vice-Presidente** Cristine Hirsch Monteiro (ADUFPB)
 - 1º Secretário** Alexandro Donato Carvalho (ADFURRN)
 - 2º Secretário** Gilmar Barbosa Guedes (ADURN)
-

1º Tesoureiro Renato Machado Saldanha (ADUFEPE)

2º Tesoureiro Cauê Guion de Almeida (ADUFERPE)

Regional Nordeste III

1º Vice-Presidente Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC)

2º Vice-Presidente Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFS)

1º Secretário Vinícius Correia Santos (ADUSB)

2º Secretário Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS)

1º Tesoureiro José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB)

2ª Tesoureira Sandra Maria Marinho Siqueira (APUB)

Regional Planalto

1º Vice-Presidente Maurício Alves da Silva (SESDUFT)

2º Vice-Presidente Fernando Lacerda Júnior (ADUFG)

1º Secretário Gilberto Correia da Silva (APUG)

2º Secretário Carlos Augusto de Oliveira Diniz (ADCAJ)

1ª Tesoureira Camila Aparecida de Campos (ADCAC)

2º Tesoureiro Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG)

Regional Pantanal

1º Vice-Presidente Reginaldo Silva de Araujo (ADUFMAT)

2ª Vice-Presidente Roseli Rocha (ADUEMS)

1ª Secretária Gisele Mocci - Haya Del Bel (ADUFMAT)

-
- 2º Secretário** Marcílio Rodrigues Lucas (ADUFDOURADOS)
 - 1º Tesoureiro** Maurício Farias Couto (ADUFMAT)
 - 2ª Tesoureira** Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT)

Regional Leste

- 1º Vice-Presidente** Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG)
- 2º Vice-Presidente** Ricardo Roberto Behr (ADUFES)
- 1º Secretário** João Antônio Corrêa Filho (ADUFSJ)
- 2º Secretário** Joacir Teixeira de Melo (APES-JF)
- 1º Tesoureiro** Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP)
- 2º Tesoureiro** Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho (ADUFLA)

Regional Rio de Janeiro

- 1ª Vice-Presidente** Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ)
- 2ª Vice-Presidente** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF)
- 1º Secretário** Dan Gabriel D’Onofre Andrade Silva Cordeiro (ADURRJ)
- 2º Secretário** Ricardo André Avelar da Nóbrega (SESDUENF)
- 1ª Tesoureira** Rosineide Cristina de Freitas (ASDUERJ)
- 2ª Tesoureira** Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO)

Regional São Paulo

- 1º Vice-Presidente** Rodrigo Medina Zagni (ADUSP)
- 2º Vice-Presidente** Osvaldo Luis Angel Coggiola (ADUSP)

- 1º Secretário** Eduardo Pinto e Silva (ADUFSCAR)
- 2º Secretário** Luiz Augusto Normanha Lima (ADUNESP)
- 1ª Tesoureira** Ana Paula Santiago do Nascimento (ADUNIFESP)

Regional Sul

- 1ª Vice-Presidente** Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR)
- 2ª Vice-Presidente** Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR)
- 1º Secretário** Daniel Luiz Nedel (SESUNILA)
- 2ª Secretária** Bartira Cabral da Silveira Grandi (SSind do ANDES-SN na UFSC)
- 1ª Tesoureira** Maria Suely Soares (APUFPR)
- 2º Tesoureiro** Fernando Humel Lafratta (APRUDESC)

Regional Rio Grande do Sul

- 1º Vice-Presidente** Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS)
- 1º Secretário** Guinter Tlajja Leipnitz (SSind do ANDES-SN na UFRGS)
- 2º Secretário** Robert Charles Ponge (Sec. Regional RS)
- 1º Tesoureiro** Mário Augusto Correia San Segundo (Sec. Regional RS)
- 2º Tesoureiro** Gustavo Borba de Miranda (APROFURG)



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS